

**TESE DOUTORAL**

**COMPLEXIDADE TERRITORIAL E DESENVOLVIMENTO:  
TENDÊNCIAS E PERSPECTIVAS DA URBANIZAÇÃO NO  
LITORAL DE CAMAÇARI / BAHIA / BRASIL**

**LÉA ESTER SANDES-SOBRAL**

**UNIVERSIDADE DE BARCELONA  
BARCELONA, 2008**

## **2 MARCO DE REFERÊNCIA TEÓRICO METODOLÓGICO**

*É preciso mergulhar na noite densa, com vontade de trabalhar com a possibilidade do fracasso, com o sentimento de que existe uma tarefa importante a ser executada. A ausência de solução pré-programada não deve desencorajar, mas lembrar que um trabalho tem uma realidade complexa. (MORIN, 2000, p. 194)*



Apresenta-se este trabalho de investigação científica, como uma síntese da experiência profissional da pesquisadora construída ao longo de quase três décadas de trabalhos nas áreas de urbanismo, turismo, planejamento e gestão urbano-ambiental.

Este capítulo mostra o marco de referência teórico metodológico e foi construído a partir da análise de vários autores e da complexidade territorial do objeto de estudo – a orla do Município de Camaçari. Nos autores analisados, buscou-se suporte para responder as questões de pesquisa e as hipóteses concernentes.

O objeto de estudo – o marco territorial – situa-se como elemento estruturante da tese. A análise da complexidade da dinâmica espacial da orla de Camaçari e sua área de influência – a RMS, a Região Hidrográfica das Bacias do Recôncavo Norte e a Região Turística do Litoral Norte – constituíram-se no referencial empírico norteador da escolha dos autores e suas teorias.

O trabalho de pesquisa foi estruturado no sentido de responder à hipótese levantada acerca da problemática de uma nova territorialidade e suas relações de insustentabilidade, ou não, produzidas por cenários complexos configurados, nos quais as dimensões territorial, ambiental, social, econômica e política são destacadas e analisadas. A tríade formada pelo cenário real, cenário planejado e cenário tendencial, com seus focos correspondentes nos setores privado, público e sociedade civil, é apresentada como resultante da pesquisa.

Para configurar o cenário real, apresenta-se o contexto histórico ambiental e a ocupação urbana contemporânea. O cenário planejado aborda o marco legal na perspectiva do desenvolvimento dos lugares e regiões, que são, ao mesmo tempo, local e global, com destaque para os avanços das políticas públicas e a participação da sociedade civil na gestão democrática das cidades. O cenário tendencial é configurado através das pesquisas sobre Turismo Litorâneo com as enquêtes sobre vocação turística da orla de Camaçari e clima como atração turística dos lugares.

A pesquisa do marco teórico conceitual e do estado da arte foi desenvolvida ao longo do curso, na temática das disciplinas escolhidas e durante a elaboração do Diploma de Estudos

Avançados – DEA (Diploma de Estudos Avançados)<sup>1</sup>. Ampliou-se a pesquisa com o estudo de autores que respondessem as questões propostas. O cientista francês Edgard Morin, com a sua Teoria da Complexidade e da Dialógica, e o geógrafo brasileiro, Marcelo Lopes de Souza, com a Teoria dos Cenários e a Análise da Questão Urbana, subsidiaram o referencial teórico da investigação científica.

Para a construção do *Mosaico de Cenários* foram concebidas a *Metodologia de Construção Complexa de Cenários* e a *Metodologia de Avaliação Dialógica de Cenários Complexos*, a partir do método proposto, por Marcelo Souza (1999), em seu trabalho sobre a construção de cenários, sendo complementadas com as reflexões metodológicas de Palavizini (2006). Inclui-se nesse marco de referência as metodologias desenvolvidas pelos pesquisadores do Instituto Autopoiésis Brasilis, no qual a pesquisadora se insere, desde o ano de 2000.

Destacam-se ainda conceitos fundamentais acerca do território a partir de autores diversos. Os conceitos pesquisados, para o contexto da abordagem da complexidade territorial e o desenvolvimento de áreas litorâneas, com vocação turística, em regiões metropolitanas, estão inseridos nos capítulos, ao longo das reflexões e abordagens complementadas e consubstanciadas no Glossário, elaborado como um dos produtos resultantes e parte integrante desta pesquisa científica.

## 2.1 ALGUNS CONCEITOS CONSIDERADOS NO MARCO TEÓRICO

### 2.1.1 Espaço e a questão urbana

Ao revisar alguns conceitos e atualizar outros, no sentido de pensar as cidades e perceber a contribuição de alguns pensadores no estudo da questão urbana atual, é necessário formar uma opinião sobre o *sítio* em que se vive. Inquietações são muitas e levam a refletir sobre a natureza dos problemas sociais, espaciais e urbanos das cidades.

*Que cidade é esta? É global? É periférica? É uma metrópole? Onde ela está? A que região pertence? Qual o ambiente urbano que se desenvolve? Em que planeta está? É planejada?*

---

<sup>1</sup> Trabalho do Segundo ano, como parte das exigências de investigação do curso de Doutorado em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Regional, apresentado à Universidade de Barcelona, no ano de 2002, cujo tema escolhido foi *O Paraíso continuará aqui? Arembepe: análise de cenários projetados*.

*Qual a sua dimensão espacial? Sua população? Sua cultura? Sua função? Sua tecnologia? Sua ideologia? Sua identidade?*

A cidade, entendida como *locus* urbano contemporâneo, compreendida e analisada em sua trajetória, seu desenvolvimento e perspectivas de transformação, pode ser sustentável, com boa qualidade urbana e, conseqüentemente, com boa condição de vida para seus cidadãos. Assim, o que importa mesmo é que este é o lugar onde vivemos, trabalhamos, produzimos e descansamos; no qual somos cidadãos, funcionários, estudantes, visitantes, veranistas, turistas, ricos, pobres, explorados, exploradores, marginalizados, violentados; somos todos protagonistas sociais, vivendo na cidade, dela participando e ainda expressando-nos e identificando-nos.

Muitos autores discutem sobre o termo cidade, não tanto seu conceito, mas refletem sobre esse termo associando-o às funções sociais e às suas relações no espaço urbano. Acrescenta-se a isso a definição de cidade enquanto o espaço concreto, resultante de processos dinâmicos, cujo entendimento requer uma análise histórica que possibilite relacionar a *forma-urbana* ao seu *espaço-tempo* (RONCAYOLO, 1986, p. 396).

O conceito de “Cidade” no *Dicionário Larousse Cultural* (1998) é o seguinte: s.f., do latim - *civitas, civitatis* -, é o complexo demográfico, social e econômico formado por uma concentração populacional não agrícola; centro urbano; urbe. Para a *Enciclopédia Barsa* (1992) cidade é a aglomeração humana permanente, densa, independente do solo para subsistência, com ativas relações e alto grau de organização.

Entretanto, as cidades apresentadas por muitos como um problema, pelo mero fato de serem cidades, não são mais do que as receptoras, contenedoras, e, muitas vezes, solucionadoras dos problemas sociais que são gerados em todo o país (LOPES, 1998, p. 13).

A noção de cidade implica a aglomeração de toda uma população, ou seja, a concentração do habitat e das atividades. Essas se distinguem da exploração direta do solo, uma vez que conduzem à especialização das tarefas, e contribuem, sobretudo, para as trocas e a organização de uma sociedade. Tem-se, assim, um tipo de vida ou formas especiais de sociabilidade; uma arrumação dos espaços e dos serviços urbanos que implica uma organização coletiva (RONCAYOLO, 1986, p. 397).

A riqueza e a diversidade dos enfoques utilizados por estudiosos nacionais e estrangeiros para a análise e debates sobre cidades formam um conjunto de contribuições à geografia urbana.

Para alguns autores cidades são conceituadas de diferentes formas, como por exemplo:

A cidade como organização é um conjunto múltiplo de ação coletiva, elaborada em muitas dimensões, plena de significados, construtora de identidades e identificações, a cidade é uma megaorganização – real, virtual, concreta e simbólica. [...] Diferentes dimensões de espaço e de tempo convivem, nem sempre em harmonia. Os universos locais são multifacetados, policromáticos, singulares e diversos formando teias organizacionais mais ou menos densas (FISCHER, 1997, p. 14).

As cidades são ecossistemas e, como tais, são fontes potenciais de recursos. [...]. As cidades são como pessoas: pertencem à espécie urbana, mas têm sua personalidade própria (SACHS, 1994, p. 41).

O ambiente construído é o produto racional do processo de acumulação de capital. O equilíbrio e a convergência desse processo são dos mais importantes fatores de sucesso da gestão pública no mundo atual (HARVEY, 1985 apud LOPES, 1998, p. 46).

A cidade contemporânea é vista como uma megaorganização, um conjunto múltiplo de ações coletivas, uma organização, uma idéia símbolo de um fluxo em transformação, realidades e metáforas. Cidades e organizações têm os mesmos traços distintos de complexidade, diversidade, singularidade, contradição e ambigüidade (FISCHER, 1997, p. 13).

O uso da cidade como objeto de análise desvela possibilidades interessantes, contribuindo para o estudo das organizações complexas, temática de alta relevância nos estudos contemporâneos mais densos sobre organizações e cidades. A sociedade é, principalmente, a cidade. É nela que se expressam atividades e interagem as teorias, os partidos políticos, os movimentos sociais, o governo e o desgoverno.

O arquiteto urbanista, Heliodório Sampaio, citando autores como Harvey (1989) e Topalov (1979) e o próprio Marx, no *Capital*, identifica:

[...] a cidade como um *sistema espacializado de elementos* como forma de socialização capitalista das forças produtivas. Topalov (1979) identifica uma primeira contradição, pois: [...] a urbanização capitalista é, antes de tudo, uma multiplicidade de processos privados e de apropriação do espaço. E cada um deles está determinado pelas próprias regras de valorização de cada capital particular, de cada fração de capital (SAMPAIO, 1999, p. 391).

### 2.1.2 Explosão Urbana

O século passado foi marcado pelo crescimento das cidades e a pela *explosão urbana*. Nas últimas décadas do século XX, o século da globalização da economia e de todo o tipo de atividades e processos, as cidades transformaram-se em *metrópoles* e as pessoas em habitantes urbanos, confirmando as cidades como o motor do desenvolvimento da humanidade.

O mundo é, hoje, um conjunto de cidades, cada vez maiores e mais ricas, abrigando mais da metade da humanidade. Em 1950, somente um quarto da população mundial vivia em cidades. Nas regiões mais desenvolvidas a população urbana, atualmente, está acima de 80% do total, e, a partir de 1996, a maioria da humanidade passou a viver em cidades. Em todas as regiões, mesmo nas mais pobres, as cidades crescem aceleradamente, abrigando uma parcela cada vez maior da população.

No início do século XXI, a população de baixa renda das cidades do Terceiro Mundo tornou-se uma nova maioria entre a população mundial. De acordo com as últimas estimativas, o número de habitantes urbanos nos países não desenvolvidos dobrará, de um para dois bilhões de pessoas.

A importância das cidades e da população urbana é cada vez maior na estruturação da sociedade. A definição da política, cultura, identidade e participação tem sido cada vez mais do domínio da população urbana.

Quando se analisa a formação e o sentido do Brasil no seu processo sócio cultural, já nasce-se como uma civilização urbana, separada em conteúdos rurais e citadinos, com funções diferentes, mas complementares. A industrialização e a urbanização são processos complementares que costumam marchar associados uns aos outros, sendo que aquela oferece empregos urbanos à população rural e oportunidades de melhoria da qualidade de vida.

Atualmente, no Brasil, 80% da população vivem nas cidades e, uma boa parte, em onze grandes regiões metropolitanas e muitas outras regiões que são foco de atração de serviços e de indústria, mas, sobretudo, foco de atração de povo e de população. As periferias urbanas



têm uma espécie de caos em relação ao que diz respeito à legalização da propriedade, do uso e da posse.

A maioria dessa massa urbana vive hoje com fome, violência, desemprego, vício, prostituição, crime organizado, alcoolismo e desânimo. Segundo o IBGE (2006), em dados publicados recentemente, acerca das condições de pobreza do Brasil, e no ranking nacional, o Nordeste Brasileiro ainda está muito ruim, e a Bahia possui 36% de sua população de famintos. Isto significa que, atualmente, quase cinco milhões de pessoas não comem todos os dias, ou seja, não fazem pelo menos uma refeição diária.

Essa situação de pobreza extrema tem a ver com o abandono dessa população nas áreas rurais e nas cidades com o inchamento e deslocamento dessas pessoas à procura de melhores condições de vida gerando a sobrecarga dos sistemas urbanos.

Acompanhados das carências urbanas vem toda a sorte de violência desencadeada nas ruas, seja a competição desenfreada, a prostituição de crianças, engarrafamentos ou poluição ambiental. Encontra-se semelhante situação nos acontecimentos ocorridos recentemente, a exemplo dos ataques do crime organizado nas grandes cidades, e os arrastões que geraram o pânico em toda a população pela onda de saques e violência. A esses acontecimentos, somam-se os baixos Índices de Desenvolvimento Humano – IDH – e de qualidade de vida encontrados em nossas cidades.

Ao debruçar-se sobre *Cidades do Amanhã*, no livro de Peter Hall, em *A Cidade da Permanente Ralé*, verifica-se que o problema ocorre em toda parte e continua o mesmo, malgrado todos os planos, intervenções, progresso econômico, social e tecnológico.

Não há torrente de qualificação e restrições que derrube a montanha do crime urbano, e, sobretudo do crime urbano violento, que em fins do século XX, como vulcão em plena atividade, cresceu praticamente a olhos vistos, ameaçando a textura social em todas as mais importantes cidades do mundo. Esta foi, de fato, uma praga do século XX. E suas causas ficaram tão misteriosas para as suas vítimas quanto às da peste negra o foram para os desafortunados cidadãos do século XIV, moradores de Londres. Paris, Constantinopla. [...] Pois nem o crime urbano, nem o medo, que dele sente a classe média dos cidadãos urbanos são novos; nova é apenas, como nos lembra Munford, sua penetratividade. Com efeito, o planejamento urbano do século XX originou-se da complexa reação emocional, parte piedade, parte terror, parte repugnância da classe média de fins do período vitoriano ante a descoberta da ralé urbana (HALL, 1988, p. 432).

Cada vez mais este amplo processo de exclusão social configura-se nas cidades com a separação espacial da pobreza. O que atualmente se delinea é a superposição de outros fatores que ampliam a leitura das desigualdades sociais, além da *pobreza* e da sua *segregação no espaço*, para a *exclusão de direitos à cidadania e ao conforto urbano*.

Atualmente, o processo de segregação espacial da pobreza isola pobres e ricos em cidades diferenciadas, separadas e ao mesmo tempo justapostas. Em sua essência constitui uma questão violenta e desagregadora, que se amplia como problemática sócio-espacial e econômica, [...] fomentando situações irreversíveis no ambiente construído, que afetam as perspectivas de mudança para a sua melhoria (GORDILHO-SOUZA, 2000, p. 416).

### 2.1.3 Cidades Mundiais – Globalização e Território

Alguns princípios da globalização:

- a) a globalização torna a comunicação e a informação instantâneas, ao nível mundial;
- b) os fluxos de riqueza passam a fluir em velocidades assustadoras e com alcance global;
- c) a mídia universal molda uma cultura uniforme;
- d) a produção de bens e serviços, incluindo a tecnologia necessária, pode se localizar onde for mais econômico;
- e) a competição capitalista passa a ser o mais produtivo caminho para o desenvolvimento;
- f) a intensidade dos processos de globalização e seus problemas têm provocado movimentos antiglobalização, como por exemplo, o Fórum Social Mundial.

Na era da globalização, o mais importante para a compreensão dessa nova sociedade é a estruturação em rede, criando o novo espaço de fluxos. As novas dimensões da geometria variável são definidas por um conjunto de fluxos que interagem dentro de uma nova configuração espacial.

Têm-se os *fluxos étnicos*, gerados por homens de negócios, trabalhadores temporários, turistas, imigrantes e outros; os *fluxos técnicos*, gerados pela transferência de maquinaria, tecnologia e programas de computador por intermédio de empresas transacionais e agências de governo; os *fluxos de mídia*, pela transmissão de imagens e informações através da mídia escrita, televisão e cinema; os *fluxos de idéias*, criados por construções ideológicas, principalmente derivadas da visão ocidental do mundo, como democracia, soberania, representação, direitos sociais e outras; os *fluxos de moda*, produzidos pelos fluxos de cultura material, englobando desde a arquitetura e decoração até roupas e jóias (KNOX, 1995 apud LOPES, 1998, p. 25).

O fluxo global localiza-se, de forma socialmente segmentada e espacialmente fragmentada, nos deslocamentos humanos provocados pela destruição de velhas formas produtivas e a criação de novos centros de atividades. A segregação espacial da cidade, a partir de características étnicas e culturais, não é herança de um passado discriminatório, senão um fato de importância crescente, característico de nossas sociedades. “A era da informação global é também a da segregação local.” (BORJA; CASTELLS, 1996 apud LOPES, 1998, p. 32)

As Cidades Mundiais mantêm as suas características como espaço urbano organizado e funcional, mas assumem novas funções na estrutura econômica global da sociedade em rede. Assim, as novas funções, assumidas por elas, criam uma nova realidade econômica e social, que tende a influenciar o desenvolvimento do espaço urbano de forma desigual e excludente. Ainda na visão de Jordi e Castells (1996), as megacidades concentram o melhor e o pior de nossa sociedade, são centros de dinamismo econômico, tecnológico e empresarial, além de inovação cultural e criação de símbolos: São os pontos de conexão do sistema mundial de comunicação (LOPES, 1998, p. 36).

#### **2.1.4 Resposta das Cidades**

O geógrafo, Pedro Vasconcelos, (1999, p. 563) depois de analisar detalhada e exaustivamente *Dois Séculos de Pensamento sobre a Cidade*, sugere, na conclusão da sua pesquisa que dá título ao livro citado:

No momento em que velozes transformações estão ocorrendo na sociedade, um novo entendimento urbano torna-se obrigatório. Há um novo papel das cidades, sobretudo das cidades informacionais. No atual processo de mundialização da economia e na globalização da sociedade, na deslocalização de atividades econômicas, com nova divisão do trabalho, sistemas flexíveis de produção e novos sistemas de informações simultâneas, favorecendo determinadas regiões e suas cidades, ao tempo que levam a ruína outras áreas e cidades.

Para a construção de novas cidades, deve-se levar em consideração que terminou o tempo das cidades acidentais, que cresciam a partir de condicionantes diversos de uma sociedade mais crescente que organizada. O mundo de hoje exige a cidade intencional em que o futuro é pensado e construído de forma organizada, participativa e planejada.

A cidade intencional é cidade pensada, projetada e construída de forma a potencializar as oportunidades e reduzir as ameaças, buscando desenvolver os seus pontos fortes e reforçar

seus pontos fracos, dentro de uma visão de futuro gerada pelo desejo da sociedade, em um esforço coletivo de ação e realização (LOPES, 1998, p. 21).

A proposta de construção de identidade na cidade, a partir de um processo de planejamento participativo, iniciou-se a partir de 1992. Algumas cidades da Europa, como Barcelona e Lisboa, e do Brasil, como Rio de Janeiro e Juiz de Fora, iniciaram a implantação do que se denomina de Planejamento Estratégico de Cidades, que permitiu unir os movimentos de resistência e de legitimação, em um esforço de *construção coletiva da cidade*.

Entretanto, não se deve considerar a atual tendência em direção à transformação de nosso planeta em um arquipélago urbano como uma fatalidade. Para Sachs:

O conceito de economias de aglomeração deveria ser revisto à luz das oportunidades criadas para a especialização flexível e a industrialização descentralizada através de novas técnicas [...] estratégias inovadoras e pró-ativas para o ecodesenvolvimento urbano. [...] A resposta ao desafio urbano deve levar em conta as configurações específicas dos fatores naturais, culturais, sociopolíticos do passado histórico e das tradições de cada cidade. Em lugar de se propor soluções homogeneizadoras, a sua diversidade deve ser considerada como um valor cultural de grande importância (SACHS, 1994, p. 40).

E na sua constatação, Sachs obtém duas conclusões:

Estratégias de ecodesenvolvimento urbano não podem ser impostas de cima para baixo, mas sim ser projetadas e implementadas pela população, auxiliadas por políticas de capacitação eficazes;

A troca de experiências entre cidades e estudos comparativos deve desempenhar um papel importante nas políticas de cooperação, não tanto para encontrar modelos prontos, mas para estimular a criatividade social e para se utilizar os acertos e erros dos outros, como espelho para as dúvidas de cada um. (SACHS, 1994, p. 41)

Para Lopes:

A expansão dos espaços urbanos e aceleração dos tempos, gerada pelo novo espaço de fluxos, impõe às cidades um amplo universo de alternativas de desenvolvimento econômico, social e político que só permite decisões conscientes [...]. É preciso criar novamente as cidades (LOPES, 1998, p. 71).

E, portanto, no limiar do século XXI:

[...] o mundo já é uma imensa cidade. Uma cidade modulada em muitas cidades [...]. O globo terrestre deixa de parecer um planeta, uma configuração cósmica, para se revelar uma criação humana da atividade social, de algo que se cria e recria no curso da história dos povos, da humanidade [...]. São megalópoles e metrópoles, povoados e vilas, centros e periferias; sempre atados de perto e de longe por estradas, rodovias, ferrovias, linhas aéreas, infovias, mídias, empresas, corporações,

conglomerados, organizações multilaterais; sempre conectados pelas atividades sociais, econômicas, políticas e culturais. São atividades nas quais se movem o trabalho e o capital, a mulher e o homem, as diferentes etnias, o migrante e o viajante, o fugitivo e o retirante, o clandestino e o documentado, o turista e o negociante, o aventureiro e o farsante. São muitos e intrincados os tecidos com os quais se tecem a sociedade e a urbanidade, a identidade e a diversidade, a hierarquia e a desigualdade (LOPES, 1998, p. 71).

Sob muitos aspectos o mundo é uma cidade, uma síntese perfeita das contradições da vida urbana no século 21. Na questão urbana, o âmbito espacial deve ser levado em consideração, pois o alcance geográfico, no qual ocorrem os fatores relevantes para a análise, não pode sofrer recortes arbitrários. A influência dos processos ocorridos em níveis global, nacional, regional e local é considerada, assim como a duração desses processos que podem ter um ritmo próprio numa escala temporal de séculos, anos, meses ou dias.

A certeza de espaço e do lugar absolutos foi substituída pelas inseguranças de um espaço relativo em mudança (HARVEY, 1992, p. 238), em que os eventos de um lugar podiam ter efeitos imediatos e ramificadores sobre vários outros. A verdade da experiência já não coincide com o lugar em que ela ocorre, e, citando Jameson e Harvey (1988, p. 349), ela é disseminada pelos espaços do mundo. David Harvey explora a proposição de que o pós-modernismo é alguma espécie de resposta a um novo conjunto de experiências do espaço e do tempo, uma nova rodada da *compressão do tempo-espaço*.

Para o entendimento da natureza do espaço definido como área de influência do segmento estudado, ou seja, a zona costeira do município de Camaçari e seu entorno, recorre-se aos conceitos elaborados pelo geógrafo Sylvio Silva (1997, p. 169), nos quais ele entende a cidade turística como um tipo particular de dinâmica da localidade central, já que se baseia no consumo e utilização de bens e serviços turísticos, expressando, em muitos casos, uma tendência à periferização, o que provoca diversificadas articulações inter-setoriais e inter-regionais.

Por sua vez, o geógrafo Roberto Corrêa (1989) analisa o espaço através das várias correntes do pensamento geográfico. O autor admite que a formação sócio-espacial pode ser considerada como um meta-conceito, um paradigma, que contém e está contido nos conceitos-chave de natureza operativos, de paisagem, região, espaço - organização espacial -, lugar e território. Ele ainda introduz a geografia humanista e cultural, calcada na

fenomenologia e no existencialismo, além de estar assentada na subjetividade, na intuição, nos sentimentos, na experiência, no simbolismo e na contingência, privilegiando o singular e não o particular ou o universal e, ao invés da explicação, tem na compreensão a base da inteligibilidade do mundo real.

Argumenta-se sobre a existência de vários tipos de espaços; um espaço pessoal e outro grupal, onde são vividas as experiências do outro; o espaço mítico-conceitual; e o espaço sagrado. Por outro lado, o lugar tem outro significado, possui um “espírito”, uma “personalidade”, havendo um lugar “que se manifesta pela apreciação visual ou estética e pelos sentidos a partir da longa vivência” (TUAN, 1979 apud CORRÊA, 1997, p. 30).

As teorias locacionais são estudadas por geógrafos e economistas, como Sylvio B. de M. Silva, que resgata Walter Christaller (1955), com as localidades centrais e periféricas associadas ao turismo. Para Christaller, o turismo: “[...] pode ser um meio para se atingir o desenvolvimento econômico em regiões periféricas, já que o fluxo de turistas ricos dos ‘centros metropolitanos’ deveria injetar moeda estrangeira e gerar empregos [...]” (SILVA, S., 1996, p. 127).

O espaço urbano, para Corrêa (1989, p. 9), é simultaneamente fragmentado e articulado, cada uma das suas partes mantém relações espaciais com as demais, ainda que de intensidade muito variável. Estas relações manifestam-se empiricamente através de fluxos de veículos e de pessoas associadas às operações de carga de mercadorias, aos deslocamentos quotidianos nas áreas residenciais e aos diversos locais de trabalho, serviços e lazer. Sobre o espaço urbano afirma-se:

[...] se constitui no conjunto de diferentes usos da terra justapostos entre si, que definem áreas, distintas em termos de forma e conteúdo social, de lazer e, entre outras, aquelas de reserva para futura expansão. [...] No sistema capitalista, esta articulação manifesta-se, de modo menos visível, através das relações espaciais, envolvendo a circulação de decisões e investimentos de capital, mais valias, salários, juros, rendas, envolvendo ainda a prática do poder e da ideologia. [...] reflete os processos sociais realizados no presente como também daqueles realizados no passado (CORRÊA, 1989, p. 8).

Adiante, Corrêa acrescenta que o espaço urbano, por ser o reflexo da sociedade capitalista, é profundamente desigual, mutável e fragmentado, nele as formas espaciais, representadas pelas obras fixadas pelo homem, desempenham papel importante na reprodução das

condições de produção, sendo o lócus onde as diversas classes sociais vivem e se reproduzem. Assim, o referido autor (1989, p. 10), citando Milton Santos na sua reflexão sobre este assunto, acrescenta que o espaço urbano assume uma dimensão simbólica, na qual a sociedade capitalista projeta seus valores e crenças materializadas nas formas espaciais.

Para Corrêa, as diferentes atividades e desiguais usos da terra manifestam os processos da sociedade e os conflitos sociais dela decorrentes. Portanto, as funções espaciais materializadas nas formas urbanas são socialmente produzidas por agentes locais. Acerca de quem produz o espaço urbano, o autor se refere à complexidade da ação dos agentes sociais, incluindo práticas que levam a um constante processo de reorganização espacial, fazendo-o por meio da incorporação de novas áreas ao espaço urbano. Como, por exemplo, a densificação do uso do solo, a deterioração de certas áreas, a renovação urbana, a relocação diferenciada da infra-estrutura e a mudança, coercitiva ou não, do conteúdo social e econômico de determinadas áreas da cidade.

É preciso considerar que, a cada transformação do espaço urbano, mantém-se esse espaço “[...] simultaneamente fragmentado e articulado, reflexo e condicionante social, ainda que as formas espaciais e suas funções tenham mudado.” (CORRÊA, 1989, p. 9)

A desigualdade socioespacial não desaparece, de forma alguma, pois a nova organização espacial serve aos interesses de alguns agentes sociais que possuem suas estratégias definidas, fazendo e refazendo o espaço urbano.

Quando é investigada a dinâmica espacial dos lugares, os processos de renovação e deterioração das áreas seguem aquilo que a literatura registra como sendo a *zona em transição*, área de obsolescência em torno do núcleo central, também denominada de zona periférica do centro. Corrêa (1989, p. 10) atenta para as relações de segregação espacial e valorização de áreas, que interessam ao capital fundiário e imobiliário, incentivadores da criação de aglomerações, que se reproduzem, através de novas formas, novas áreas sociais, segregadas e dotadas de novos estilos de vida ou outro status.

O conceito de *desenvolvimento socioespacial* vem sendo estudado por Souza desde 1996, é uma tentativa de ultrapassagem da concepção de teorias do desenvolvimento herdadas desde o

*desenvolvimento econômico até desenvolvimento sustentável*, em sua versão convencional (SOUZA, 1999, p. 179).

A crítica ao crescimento selvagem e à análise de seus custos sociais e ambientais estimularam uma extensa literatura e a formulação de importantes conceitos, dentre eles o de crescimento perverso, que não leva ao desenvolvimento sustentável. Este conceito foi analisado por Ignacy Sachs, no documento estratégias de transição para o século XXI, apresentado no Simpósio de Haia em 1991(SACHS, 1994, p. 29).

A nova estratégia do Banco Mundial, para um mundo em processo de urbanização, orienta os países em vias de desenvolvimento no pleito de financiamento de suas estratégias de erradicação da pobreza. Com base nela, reconhece-se que as cidades constituem a linha avançada da campanha mundial, que aborda os problemas da pobreza e aproveita as oportunidades de desenvolvimento. Essa estratégia está inspirada em uma visão de cidades sustentáveis, portanto, habitáveis, competitivas, bem governadas e administradas e com solvência financeira.

*Cidades em Transição* (2000, p. 41), documento elaborado pelo Banco Mundial, compromissa-se com o desenvolvimento urbano local e propõe quatro elementos fundamentais para o desenvolvimento sustentável, a saber: *elaboração de estratégias urbanas no plano nacional, respaldo às estratégias de desenvolvimento impulsionadas pelas cidades, introdução de melhorias nos programas de serviço em favor dos pobres e maior assistência para o fortalecimento da capacidade e intercâmbio de conhecimentos.*

O princípio da sustentabilidade implica uma consciência ambiental crítica e uma visão sistêmica. Deve-se levar o respeito dos limites ecossistêmicos à manutenção e à potencialização da vida neles; à promoção da equidade social; à produção de bens e serviços segundo as reais necessidades humanas; e ao estabelecimento de um limite superior para o progresso material, significando uma resistência ao processo de autonomização econômica imposto pela globalização.



### 2.1.5 O espaço onde se desenvolve o turismo

A etimologia da palavra turismo é oriunda do vocábulo grego *tornos* – torno, máquina de tornear –, surgido no século XVI. Em latim, *tornare* - tornear, volver, revolver - resultou no francês *tour* – circuito, movimento circular, volta -, do qual se originou o verbo francês *tourner*, com o sentido de *circuito percorrido por um viajante, excursão, dar a volta*, já no século XVII.

A partir da segunda metade do século XIX, registra-se, em inglês, o aparecimento de *tour* (1643) e seus dois derivados *tourist* (1800) e *tourism* (1872), resultam, ambos, em turista e turismo, em italiano, espanhol e português. Portanto, *tour* – do francês – é passeio, volta, etimologicamente está implícita a idéia de retorno (CARVALHO, 1997, p. 22).

Um dos serviços mais antigos oferecidos à humanidade é a hospitalidade, através do receber, do abrigar das intempéries e da procura de lugar seguro para não ser saqueado por bandoleiros. Isso se iniciou nos primórdios da era cristã, as atividades hoteleiras, na manjedoura e estalagens ao longo dos caminhos de peregrinação na antiguidade. E, mais tarde, com as casas de caridade, os conventos e hospitais sendo transformados em hospedarias e pousadas, deu-se continuidade.

Um dos precursores da atividade turística foi Thomas Cook, quando criou na Inglaterra a primeira agência de viagem chamada *Thomas Cook and Sons*, no século XIX. Este senhor que, apenas inspirado pela sua tendência missionária, isto é, o desejo de assegurar o êxito do Congresso Anti-Alcoólico que se realizaria em Leicester, no ano 1841, organizou e viabilizou uma viagem coletiva, com ida e volta marcada, para um grupo de 570 passageiros, cobrando um *shilling* por pessoa (CARVALHO, 1997, p. 25).

Turismo é definido pela Organização Mundial do Turismo – OMT –, desde 1994, na Conferência de Otawa, como o conjunto de atividades de pessoas, visitantes que viajam para fora de seu ambiente costumeiro, por um período de tempo inferior a um ano e superior a 24 horas e cujo objetivo principal é lazer, negócios, peregrinações, saúde, e outros que não o exercício de uma atividade remunerada no local visitado.

Durante a realização da pesquisa para o embasamento teórico e estado da arte sobre turismo, encontraram-se algumas definições já pesquisadas e estudadas, em outros contextos, e compiladas em trabalhos acadêmicos. No âmbito do turismo, são feitas distinções entre as diversas categorias de análise possíveis, que explicam o fenômeno do turismo, por exemplo, visitantes, excursionistas, turistas, viajantes, passageiros, turismo, viagens e, outros termos muito utilizados pelo Trade Turístico.

Existe no meio acadêmico, muita discussão e polêmica acerca da atividade turística. Muitos usam a expressão *empresa de turismo* no trato da realidade do *setor turístico*, tendo em vista tratar-se de uma rede de serviços e não da transformação de um produto.

O Turismo considerado uma atividade produtiva que gera produtos é visto também como *Indústria*, pelos economistas, pois demanda uma massa de serviços que gera a sua produção, como se ocupasse a posição de *montadoras*, equivalente à indústria automobilística. A Indústria do Turismo, dita sem chaminés, é um Complexo Industrial composto pelas diversas atividades oferecidas pelo *Trade Turístico* (CARVALHO, 1997, p. 18).

A *indústria hoteleira* produz moradia provisória; as *agências de viagens e operadoras* são responsáveis pela comercialização dos pacotes turísticos, organização e operacionalização das viagens; as *transportadoras aéreas, terrestres e marítimas* oferecem todos os meios de locomoção necessários para os deslocamentos; os *restaurantes, bares e similares* são responsáveis pelo fornecimento de alimentação e diversão; as *instituições governamentais* são responsáveis pelo planejamento do turismo e sua infra-estrutura básica; a *mídia especializada* atua na divulgação dos produtos turísticos. Só para citar os mais atuantes, além dessas, uma lista enorme de outras atividades correlatas, a exemplo das atividades dos guias, dos educadores, dos taxistas, dos *marqueteiros e dos promoteurs*.

A idéia de que o Turismo não é um setor, mas um conjunto de setores, constituindo uma força econômica, evidencia-se no trecho:

[...] sendo na realidade um fenômeno gerado pelos gastos, e, não pelas receitas. [...] O turismo é um fenômeno socioeconômico que atua tanto como força motriz do progresso econômico enquanto como força social. É muito mais do que um setor. O turismo é mais propriamente uma “indústria” que afeta uma ampla gama de setores. O turismo não diz respeito apenas a empreendimentos ou governos, mas a pessoas.

O apoio ao crescimento e ao desenvolvimento racional do turismo deve ser considerado no âmbito desse contexto mais amplo. (DAVIDSON, 2001, p. 51).

O conceito de Turismo Sustentável é entendido pelo titular da ECA/USP, no prefácio da edição brasileira do livro de John Swarbrooke (2000, p. xiii), o *Turismo Sustentável* como “[...] um processo estratégico de desenvolvimento interativo e articulado, espacialmente delimitado e localizado.”

A abordagem do turismo, enquanto *fenômeno contemporâneo*, que envolve *fluxos de pessoas se deslocando no espaço planetário em tempos diferenciados*, movimentando recursos na busca de lazer, cultura, descanso, negócios e outros, gera uma alternativa para o desenvolvimento socioeconômico dos lugares periféricos, sendo vista pelos geógrafos como fenômeno socioespacial.

A temática do turismo se rebate em diversas áreas do conhecimento e interessa profissionais de saberes diferenciados, podendo ser analisada por muitos ângulos, entre eles o da geografia, o da economia, o da cultura, o da história, o da ecologia, o da política, o do espaço, o da gestão, o da sociologia e o do marketing.

Atualmente, o estudo das variáveis decorrentes das atividades ligadas ao turismo proporciona perspectivas de análise muito importantes e interessantes, possibilitando uma abordagem nos níveis local e global. Como característica relevante da atividade turística, a questão espacial permeia as instâncias de reflexão acerca de temas atuais, a exemplo da globalização, da urbanização, da identidade cultural, das teorias locacionais, das redes informacionais e da nova ética planetária.

A abordagem do turismo, como bem intangível, relacionada ao mito da felicidade, do desejo, do sonho e das aspirações, precisa de suporte mercadológico para sua realização. “O turismo é uma produção social mediatizada pelo imaginário; e o espaço turístico é entendido como um produto social.” (CHADEFAUD, 1987 apud CORIOLANO, 2005, p. 114)

Considerando as condições econômicas, as preocupações com o meio ambiente, as turbulências, as desgraças e as guerras dos dias atuais, o correto posicionamento do turismo adquire uma importância maior. Talvez, seja este o “[...] momento de repensar a classificação

de turismo e encontrar uma forma de transmitir mais claramente quão importante é o vigor do turismo para nossa economia.” (DAVIDSON, 2001, p. 51)

A análise do turismo e suas numerosas dimensões permitiram reconhecer que o turismo tem o potencial de ser o maior movimento, em tempo de paz, da história da humanidade, haja vista, que envolve pessoas - sua cultura, economia, tradições, herança cultural e religião. O turismo favorece os contatos que possibilitam o entendimento entre os povos e culturas.

A paz mundial é um atributo intangível e seu impacto decorrente do turismo é um conceito difícil de avaliar. Embora exista uma concordância em geral quanto ao fato de a paz ser uma pré-condição para o turismo, alguns sugerem que a relação entre turismo e paz é tênue. [...]. O turismo se expande porque existem condições para a paz, ou, como alguns supõem, o turismo contribui para aumentar paz? (VAR; AP, 2001, p. 68)

Fazer turismo pressupõe que as necessidades básicas do cidadão, tais como a alimentação, a habitação e a educação, já foram garantidas, de modo que o cidadão dispõe de férias pagas e de uma poupança, mesmo que modesta, para ser mobilizada. O turismo é uma decorrência do excedente de renda, com aumento da capacidade de consumo, nas mãos de alguns que, por isso, podem viajar (CORIOLANO, 1998, p. 20).

Fatos novos, como a desaceleração das viagens pelos atentados terroristas, demonstram como a atividade do turismo é sensível a qualquer movimento. Então, como todas as ligações e inter-relações globais refletem-se imediatamente nos fluxos mundiais, podemos perceber a importância da rede de informações nessa área, onde a valorização momentânea de um destino turístico pode ser totalmente invertida em curto tempo, ocasionando ganhos ou perdas para um lado ou ambos.

Ao analisar os dados estatísticos sobre turismo mundial, verifica-se o grau de otimismo apresentado nos resultados, além de serem projetadas somas astronômicas para os gastos e receitas da indústria de turismo para os próximos anos. As perspectivas de crescimento do setor indicam percentuais bastante elevados.

A maioria dos documentos, que trata dos índices alcançados pela atividade turística global, afirma que a movimentação de recursos é da ordem de trilhões de dólares, superando em muito as atividades econômicas tradicionais. A movimentação de pessoas, visitantes ou turistas, nos

lugares, nas nações ou nos territórios, já passa da casa do bilhão, são centenas de milhões de pessoas empregadas e que dependem economicamente do setor.

Segundo alguns analistas internacionais, o turismo pode ter uma queda de até 20% em sua renda, porque depende, quase totalmente, das linhas aéreas comerciais, fortemente afetadas pela tragédia dos ataques terroristas, e de alguns destinos turísticos envolvidos com a violência urbana, greves e outros condicionantes da vida moderna no planeta terra.

O Turismo é considerado um fenômeno recente da sociedade pós-industrial e sua análise pelo viés territorial tem sido abordada pelos geógrafos na Geografia do Turismo. A análise territorial do turismo apresentada por geógrafos espanhóis no livro *Análisis Territorial Del Turismo*, de 1997 é referência importante neste trabalho.

O conceito de *Turismo*, como prática social de natureza espacial geradora de atividades econômicas, que deixou de ser marginal para converter-se em estrutural, é caracterizado, na obra acima citada, como singular, porque o consumo e a produção se dão simultaneamente e ainda porque o produto se consome *in situ*. (VERA; PALOMEQUE; MARCHENA; ANTON, 1997, p. 402)

Conclui-se que quem se desloca é o consumidor, ou seja, a demanda. Esta especificidade outorga ao espaço um papel diferente de outras atividades econômicas e salienta, enfaticamente, que “o espaço geográfico é suporte e é recurso – seus atributos naturais e culturais constituem os recursos de atração –, mas às vezes é fator de desenvolvimento e de localização.” (VERA; PALOMEQUE; MARCHENA; ANTON, 1997, p. 402).

Murphy (2001, p. 187), enfatiza: “O interesse do turismo no desenvolvimento sustentável é lógico, pois constitui uma indústria que vende o meio ambiente, físico e humano como seu produto. A integridade e a continuidade desses produtos tornam-se a principal preocupação do setor.”

Assim, é preciso destacar que o sentido de preservar o local, valorizando o diferente, sem perder de vista os mercados globais, é uma estratégia de desenvolvimento sustentável viável no curto prazo. Aceitar a multidimensionalidade do turismo é aceitar a construção de diferentes e inovadoras formas de desenvolvimento, nas quais as dimensões da

sustentabilidade dos lugares estariam asseguradas. Ao revelarem-se outros modos de vida, outras relações sociais, culturais, econômicas, ambientais, as pessoas circulam e consomem os produtos turísticos, dependendo intrinsecamente dos recursos da natureza e da herança cultural da sociedade.

Desse modo, o alerta feito pelos geógrafos e ambientalistas no sentido de preservação e cuidados do ambiente com potencial turístico – como a Orla de Camaçari – próxima a áreas industriais como o Complexo Industrial de Camaçari e a RMS, assume relevância por si só, justificando o esforço para sistematizar elementos que comprovem as hipóteses levantadas neste documento e que fundamentam a motivação central desta tese.

Segundo Ullman (1954), deve-se ter cuidado no processo de uso e ocupação do solo nessas regiões a fim de: “[...] não matarmos a galinha que bota os ‘ovos de ouro’ fazendo concentrar demais a população e a indústria em um lugar de uma forma não-planejada e desagradável e criando condições intoleráveis para o desenvolvimento sustentável do turismo das regiões.” (ULLMAN, 1954, p. 132 apud SILVA, S. 1996, p. 129)

Palomeque (2001, 135) chama a atenção para dois temas básicos que relacionam o turismo, o território e a economia: a consideração dos fatores de desenvolvimento turístico e do turismo como fator de desenvolvimento dos lugares.

Nesse contexto é enfatizado, pelo autor, a importância do espaço geográfico no desenvolvimento turístico e como a natureza geográfica é consubstancial ao próprio fenômeno. Destaca que a variável territorial é fundamental no processo de organização social do espaço turístico.

### **2.1.6 Condicionantes contemporâneos do Lazer**

A etimologia da palavra *lazer* vem do latim: *licere*, que significa ser permitido e lícito escolher a maneira de aproveitar o tempo disponível, depois de atendidas às necessidades de sobrevivência e cumpridas às obrigações. O modo de fruição do tempo livre está relacionado às preferências pessoais e aos modelos de comportamento e valores culturais na sociedade contemporânea.

O lazer é a ação humana de recuperar as energias físicas e intelectuais gastas no trabalho, por meio de práticas agradáveis e voluntárias. O tempo livre está vinculado à relação trabalho-lazer, integrantes de um mesmo processo.

O turismo e o lazer são vistos, por muitos, como atividades humanas resultantes da sociedade moderna, capitalista e globalizada. Se na sociedade industrial o trabalho era o foco principal das preocupações, na sociedade contemporânea o tempo livre, o lazer, o turismo e o prazer passam a ser importantes condicionantes das atividades humanas (CORIOLANO, 2005, p. 42).

O prazer de viajar, de sonhar com lugares paradisíacos, de aproveitar o tempo de descanso, de usar as horas livres em atividades lúdicas e prazerosas, passaram a ser fatores importantes de relaxamento, conforto intelectual e emocional, necessários à recuperação do stress e das doenças da sociedade contemporânea.

Mudanças vêm sendo percebidas e estão relacionadas às tendências de diluição gradual entre trabalho e lazer, bem como da difusão e troca cultural entre os povos.

A urbanização acelerada das metrópoles e a tensão de viver em cidades cada vez mais violentas e densas, além do aumento do tempo livre e da importância da saúde integral do ser humano, ampliaram a compreensão da importância do lazer e do entretenimento no bom desempenho do trabalhador.

O lazer tem papel decisivo na promoção da qualidade de vida urbana da população, bem como na redução dos índices de violência, na medida em que contribui para a geração de vínculos de sociabilidade, convivência e solidariedade. As áreas de lazer destinadas à comunidade são consideradas estratégicas na valorização das políticas sociais e culturais dos territórios, e também na economia do turismo, principalmente, na Bahia, pelo seu forte apelo mercadológico, valorizado pelo contexto urbano e ambiental local.

A partir dos avanços da medicina e informações disseminadas, quanto à importância de novos hábitos de vida, novos objetivos para a melhoria da qualidade de vida humana e saúde integral estão sendo incorporados pela população brasileira. Caminhadas e esportes são estimulados por profissionais da área de saúde, além do entendimento da necessidade vital, para o corpo de alternância de trabalho e descanso obrigatório entre atividades laborais estressantes.

Além disso, o cidadão mais esclarecido exige o cumprimento da Constituição Brasileira, que pressupõe o atendimento aos princípios de qualidade de vida urbana e ambiental, como por exemplo, a balneabilidade das praias, qualidade do ar e da água, despoluição ambiental, reciclagem, habitabilidade e infra-estrutura urbana e outros.

Propostas de requalificação urbana são levadas a cabo nas cidades brasileiras. Com isso, se tem a reestruturação do sistema de áreas verdes – parques urbanos, praças e jardins – das cidades. Do mesmo modo, a preservação ambiental dos recursos naturais passa pela estratégia de revitalização do ambiente urbano, adaptando-se às novas opções de lazer da população.

O momento político brasileiro e baiano é propício para o debate sobre a democratização dos espaços públicos de lazer do cidadão, o que permite a reflexão conjunta de estudiosos, sociedade civil e governantes sobre a forma de utilização dos espaços abertos de uso público. As cidades contemporâneas, que antes se destinavam ao uso residencial e ao trabalho, agora se converteram em centros de lazer e consumo de bens e serviços variados, dentre eles o lazer e o entretenimento dos cidadãos.

### **2.1.7 Sustentabilidade urbana e a qualidade de vida urbana**

Qualidade de vida urbana é um conceito que se constrói historicamente a partir dos conceitos de bem-estar social, qualidade de vida humana, qualidade ambiental, pobreza urbana, desigualdades sociais, exclusão social, mobilização social, desenvolvimento sustentável e sustentabilidade.

O conceito de qualidade de vida urbana resulta do enfoque no desenvolvimento das cidades e seus problemas sócio-ambientais e da necessidade de acompanhar seu desenvolvimento no nível local. O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD – divulgou, em 1990, um *novo* conceito de desenvolvimento humano:

O grau de satisfação do cidadão será tanto maior quanto melhor for a sua alimentação, maior o acesso aos serviços de saúde e seguro de vida, maior o acesso ao conhecimento, melhor condições de trabalho, maior segurança contra o crime e a violência física, maior a disponibilidade de momentos agradáveis de lazer e maior grau de participação nas atividades econômicas, culturais e políticas de sua comunidade. (RODRIGUES, 1991, p. 40 apud NAHAS, 2002, p. 33).



A pobreza urbana é vista como problema estrutural resultante das próprias condições de funcionamento dos processos produtivos da sociedade – globalização da pobreza. A partir da década de 90, iniciam-se o enfoque nos problemas sócio-ambientais das cidades e o monitoramento do seu desenvolvimento no nível local.

O novo conceito de desenvolvimento humano e social é expresso nos indicadores – IDH e IDS –, medidos pelo PNUD, a partir de 1990. Com a ECO-92 principiou-se, também, a sistematização de dados urbanos com indicadores de desenvolvimento sustentável e indicadores ambientais específicos.

Desde a década passada, iniciativas e eventos marcam as tendências mundiais, de fortalecer os governos locais, com a abordagem dos problemas, considerando conjuntamente qualidade ambiental, desenvolvimento social e justiça social.

A sustentabilidade urbana é mensurada por indicadores, que avaliam o meio urbano e estão relacionados com o aumento da sustentabilidade local. Um espectro de questões interfere na qualidade de vida urbana e na forma como se dá o planejamento e gestão das cidades contemporâneas.

As grandes cidades são constituídas de *ilhas de bem-estar*, rodeadas por um *mar de pobreza* e, nesse sentido, os indicadores intra-urbanos balizam a gestão municipal da qualidade de vida urbana como o acesso aos bens de cidadania e a mobilidade urbana. O conceito de qualidade de vida urbana reporta-se ao meio urbano – às cidades –, e inclui a avaliação da equidade na distribuição e acesso aos bens de cidadania, qualidade ambiental e sustentabilidade do desenvolvimento humano (NAHAS, 2002, p. 35).

Qualidade de vida urbana abrange o conceito de qualidade de vida e o de qualidade ambiental, sendo espacialmente localizado, reportando-se ao meio urbano e a sustentabilidade das cidades.

## 2.2 AS TEORIAS E AS METODOLOGIAS

### 2.2.1 O pensar complexo e o paradigma da complexidade territorial

*A necessidade vital da era planetária, do nosso tempo, é um pensamento capaz de unir e diferenciar* (MORIN, 1999, p. 33).

A Teoria da Complexidade apresentada baseia-se, fundamentalmente, em conceitos desenvolvidos no conjunto da obra de Edgard Morin, em artigos e de estudos elaborados, com base nessa teoria, por pesquisadores e colaboradores do Instituto Autopoiésis Brasilis, a exemplo de Roseane Palavizini e Daniel Silva.

A Teoria citada permitiu uma leitura complexa do território, favorecendo um entendimento das diversas lógicas de produção do espaço e a compreensão do comportamento da urbanização em áreas costeiras com vocação para turismo e lazer situadas em regiões metropolitanas.

A palavra complexidade vem de *complexus*, que significa tecido junto, conjuntamente.

O pensamento complexo é, pois essencialmente o pensamento que trata com a incerteza e que é capaz de conceber a organização. É o pensamento capaz de reunir, de contextualizar, de globalizar, mas, ao mesmo tempo, capaz de reconhecer o singular, o individual, o local, o concreto [...] (MORIN, 2000, p. 207).

O pensamento científico clássico edificou-se sobre três pilares, a *ordem*, a *separabilidade* e a *razão* (MORIN, 2000, p. 199), sendo abalado pelas *três teorias* primas e inseparáveis, que são as teorias da informação, a cibernética e a teoria dos sistemas (MORIN, 2000, p. 199). Este arcabouço, apresentado por Morin, é suplementado pelos três princípios, dialógico, recursivo e hologramático.

O pensamento complexo, longe de substituir a idéia de desordem por aquela de ordem, visa a colocar em relação dialógica a ordem, a desordem e a organização. O pensamento complexo é aquele que se esforça para unir, não na confusão, mas operando diferenciações. A quebra do paradigma dominante da disjunção e da redução é mister para o conhecimento contemporâneo. Separar o inseparável, desunir o que está ligado, dá lugar ao novo paradigma

da complexidade, em que tudo está relacionado. Então, o problema do conhecimento não é reduzir nem separar, mas diferenciar e juntar.

A proposição de Morin e o conceito científico do pensar complexo possibilitaram o avanço da compreensão do comportamento dos diversos agentes atuantes no território do objeto de estudo, suas lógicas de ocupação espacial, seus interesses conflitantes e o tipo de desenvolvimento desejável ou planejado, num futuro incerto. Para Morin (2002, p. 61) a pesquisa e a descoberta avançam no vácuo da incerteza e da capacidade de decidir, portanto, uma realidade complexa pesquisada e um estudo das tendências de desenvolvimento para a orla de Camaçari é o desafio de um futuro certo, incerto, sustentável, insustentável, previsível ou imprevisível.

Morin (2002, p. 86) afirma que o “conhecimento e a estratégia são a navegação em um oceano de incertezas, entre arquipélagos de certezas, e que o pensamento deve enfrentar a incerteza, reconhecendo as oportunidades de riscos, assim como os riscos das oportunidades”. A estratégia engendra um cenário de ação que examina as certezas e as incertezas da situação, as probabilidades e as improbabilidades. O cenário pode e deve ser modificado de acordo com as informações recolhidas, os acasos, os contratemplos ou boas oportunidades encontradas ao longo do caminho.

E parafraseando o poeta espanhol, Antonio Machado, citado por Morin, servindo de epígrafe para este trabalho: “[...] caminhante não há caminho, o caminho se faz ao caminhar.” (MACHADO, apud MORIN, 2000, p. 11)

A visão complexa concebida por Morin permite o diálogo entre as diversas lógicas existentes no Universo e o convívio simultâneo entre as visões antagônicas dos sistemas biológicos, físicos e sociais. Mostra-se ainda uma visão relacional, sistêmica, interativa e múltipla entre os seres vivos e o ambiente na biosfera e no mundo não material das idéias, na noosfera. O conceito de noosfera é uma emergência da complexidade humana, na qual o mundo das idéias, pensamentos e mitos criam um universo, um mundo, uma noosfera, relacionando-se entre si e conformando uma noosfera coletiva.

Morin propõe que as contradições não se afastem, mas sim que reapareçam com força. O método da visão complexa é a junção de conceitos que lutam entre si. “O pensar complexo é

um desafio a nossa mente [...]” (MORIN, 1982, p. 177), e a ambição do pensar complexo é prestar contas das articulações despedaçadas pelos cortes entre disciplinas, entre categorias cognitivas e entre tipos de conhecimento. A aspiração da complexidade tende ao *conhecimento multidimensional*, não quer dar todas as informações sobre todos os fenômenos estudados, mas respeitar suas diversas dimensões. Ao tratar a multidimensionalidade, o pensar complexo comporta a *completude e a incerteza*.

Para o pensamento moriniano, a “*imprevisibilidade essencial*” é a característica mais geral associada à complexidade e será complexo o que, certamente, não é totalmente previsível e cuja ocorrência, no entanto, é inteligível e, talvez, especialmente antecipável (LE MOIGNE, 1999, p. 50). Ao desenvolver o exercício da inteligibilidade da complexidade pela organização-método, destaca-se a seguir um dos grandes enunciados da *organização como conjunção da ordem e da desordem* (Fig. 01):

A complexidade é conjunção do ordenado previsível e do desordenado não previsível, de uma estrutura espacial instantânea visível e descritível e de programas de comportamento invisíveis e eventualmente não previsíveis: é esta combinação a que também chamamos de *organização* (LE MOIGNE, 1999, p. 58).

**Figura 01:** Fractal de organização da teoria da complexidade



**Fonte:** Elaboração própria.

Morin sintetiza a representação da organização-método pelo paradigma da *auto-eco-re-organização*<sup>2</sup> afirma que deve ser levado em consideração à conjunção das propriedades sincrônica (eco-organização) e diacrônica (re-organização) para o conceito de organização, assim, os sinais fundamentais das três funções constitutivas são a manutenção da *auto-nomia* pelas *eco-relações* e as *re-produções* (LE MOIGNE, 1999, p. 61),

<sup>2</sup> A noção de sistema auto-organizante foi desenvolvido por Morin a partir das pesquisas de J. Von Neuman, 1956, H. Von Foerster, 1959, R. Ashby, 1962. E na p. 73, tanto Morin como Lê Moigne reconhecem a importância das contribuições de J. Piaget, H. A. Simon e, num outro plano, as influências de Paul Valéry, A. Bogdanov, K. Bouding e I. Prigogine para a construção do “marco epistemológico construtivista” para a prática da complexidade e da ciência com consciência.

AÇÃO → COMPLEXO → AÇÃO

Nessa linha de raciocínio, os autores do estudo da modelização de um projeto complexo ressaltam três argumentos, os limites da capacidade cognitiva de um sistema inteligente, o seu caráter finalizador (inteligível) e o caráter coletivo da inteligência, na qual a tese moriniana argumenta que nada é *inteligível se não é comunicável*.

Para compreender os processos complexos, recorreu-se ao paradigma da complexidade, que abre as portas da lógica da articulação, e que dá abertura à lógica da fragmentação, que afirma ao contrário da simplificação. O pensamento criativo e criador é aquele *paradigmaticamente dialógico* (MORIN, 1999, p. 91), os quais não podem superar as *contradições*, nem eliminar as *incertezas*, tampouco deixá-las de lado.

Por isso, como afirma Morin, *deve-se pensar com e apesar das contradições*. Para ele, a contradição tem um caráter generativo e busca um princípio lógico que dê conta dela, logo, a partir desta problemática, surge o conceito de dialógica, da necessidade de unir aspectos considerados antagônicos, como um processo que se expressa na *espiral retroativa-recursiva*, uma espiral que, em seu percurso inacabado, vai transformando os termos que a compõem (MORIN, 1969 apud SÁNCHEZ, 1999, p. 172).

A *dialógica* consiste na associação complementar, convergente e antagônica, ao mesmo tempo, de dois processos ou dois conceitos. Ela se estabelece entre as diferentes partes conformadoras de um sistema de organização, e constitui-se na forma operativa do pensamento complexo que necessita “pensar ao mesmo tempo, sem incoerência, idéias, no entanto contrárias”. Torna-se indispensável sinalizar que Morin apossa-se do termo dialógica já presente no discurso de Foerter (1962 apud MORIN, 1999, p. 173).

Para pensar a complexidade, Morin (1999, p. 209-212) sugere alguns princípios guias, que são complementares e interdependentes, dentre eles, o princípio *dialógico* que foi utilizado nesta tese.

O referido autor ratifica que o pensar complexo não elimina a certeza pela incerteza, a separação pela inseparabilidade, a lógica para permitir as transgressões. Ao contrário, é necessário um ir e vir incessante entre as certezas e as incertezas, entre o elementar e o global,

entre o separável e o inseparável. O pensar complexo trata de ligar as partes à totalidade, articula os princípios de ordem e de desordem, de separação e de junção, de autonomia e de dependência, que estão em dialógica (complementares, concorrentes e antagônicos) no seio do universo. Ele conclui que o “paradigma da complexidade prescreve reunir tudo e distinguir”.

Morin pontua dois momentos revolucionários na época contemporânea para a ciência, a introdução do *princípio da incerteza* com a termodinâmica, a física quântica, a cosmofísica e o outro momento com a *revolução sistêmica* que introduz a *auto-eco-organização* nas ciências da terra e na ciência ecológica. Ele finaliza:

O pensamento complexo é, portanto, essencialmente um pensamento que trata com a incerteza e que é capaz de conceber a organização. É o pensamento apto a reunir, contextualizar, globalizar, mas ao mesmo tempo a reconhecer o singular, o individual, o concreto. O pensamento complexo não se reduz nem a ciência, nem a filosofia, mas permite sua comunicação, como se fosse uma naveta que trabalha para unir os fios. O pensamento que afronta a incerteza pode esclarecer as estratégias do nosso mundo incerto. O pensamento que une pode esclarecer uma ética da reunião e da solidariedade. O pensamento da complexidade tem igualmente os seus prolongamentos existenciais que postulam a compreensão entre os homens (MORIN, 2000, p. 213).

No seu artigo sobre Complexidade e Ambiente, Daniel Silva (2002, p. 2) afirma que a “[...] complexidade é um adjetivo qualificador do comportamento de um sistema [...]”, e que um sistema é um conjunto de elementos organizados que cumprem uma finalidade. Acrescenta-se a isso que o sistema não é complexo, mas o seu comportamento, por consequência sua estrutura, organização e finalidade. Ele didaticamente avança, conceituando: “[...] *episteme* como um recurso cognitivo que permite construir o contexto dos conceitos e os limites da sua aplicação [...] são as teorias que dão sentido e limitação aos conceitos, metodologias e tecnologias que utilizamos para a construção do mundo.” (SILVA, D., 2002, p. 03)

Para a fundamentação da epistemologia da complexidade, Daniel Silva apresenta as três teorias, quântica, cibernética e a humanista, a fim de propor a discussão de uma tipologia de raciocínio complexo, baseado na articulação dos raciocínios ecológico, estratégico e difuso. Ele completa discorrendo que:

[...] há um terceiro elemento estabilizador e agregador, existente tanto na lógica estrutural da unidade quanto da lógica organizacional do ambiente, que uma vez explicitado, permite uma nova visão da realidade, baseado na identificação da pertinência entre estas dimensões relacionais. Esta pertinência é o “padrão que liga”, é o “sagrado” que encanta, é o nexos do complexo, é a química do processo (SILVA, D., 2002, p. 8).

Após construir uma episteme, enquanto “base cognitiva para um raciocínio estratégico dialógico”, entende-se que “[...] cada sistema é uma unidade situada num ambiente, então se pode dizer que a dialógica é a lógica que permite estabelecer uma comunicação ternária entre a lógica da unidade e a lógica do ambiente”. Portanto, a *lógica do complexo é uma lógica dialógica*, e recomenda-se, assim como Prigogine, a expressão *comportamento complexo de um sistema* em lugar de sistema complexo (SILVA, D., 1987, p. 21).

Daniel Silva apresenta três critérios para a concepção da complexidade do ambiente, *o critério sistêmico, o dialógico e o comunicativo*, mostrando as diversas dimensões da complexidade, do átomo à célula, ao humano, revelando o desafio e a necessidade da leitura complexa do ambiente para abrir a possibilidade da construção da sustentabilidade. Quanto ao critério sistêmico estrutura-o em três características:

[...] *a relacional*, em que o ambiente é visto como resultado de relações entre componentes físicos, biológicos e antroposociais; *a recorrente*, em que é considerada a influência recíproca entre os componentes que interatuam; e *a interdependente*, em que são consideradas as relações de interdependência entre os componentes que se relacionam (SILVA, D., 1987 apud PALAVIZINI, 2006, p. 60).

Quanto ao critério dialógico, revela-se a possibilidade de comunicação entre lógicas e racionalidades distintas, que constituem o sistema complexo e suas relações. No que tange o critério comunicativo pondera-se valorização da linguagem como um recurso capaz de criticar os próprios conceitos e conhecimentos produzidos, abrindo espaço para a comunicação entre as diferentes lógicas.

A teoria da complexidade, o paradigma da transdisciplinaridade<sup>3</sup> e os estudos, desenvolvidos por pesquisadores e aplicados em algumas experiências do Instituto Autopoiésis Brasilis, são importantes, para reconhecer as relações de contradição presentes no território trabalhado e caracterizar a dinâmica de cada dimensão da complexidade territorial.

A abordagem transdisciplinar está fundamentada em três pilares, *os níveis de realidade e percepção, a teoria da complexidade e a lógica ternária*. O paradigma transdisciplinar não

---

<sup>3</sup> Contribuição de Basarab Nicolescu através do Manifesto da Transdisciplinaridade.

exclui nenhum modo de interpretar o mundo, apenas demonstra a necessidade de apurar o olhar a fim de reconhecer a sua complexidade.

A abordagem transdisciplinar não opõe holismo e reducionismo, mas os considera como dois aspectos de um único e mesmo conhecimento da realidade. Ela integra o local no global e o global no local. Agindo sobre o local, modificamos o global e agindo sobre o global, modificamos o local. Holismo e reducionismo, global e local são dois aspectos de um único e mesmo mundo multidimensional e multireferencial, o mundo da pluralidade complexa e da unidade aberta (NICOLESCU, 1999, p. 127).

A metodologia da complexidade, proposta por Daniel Silva para a construção das dimensões complexas do ambiente, sugere que cada dimensão deve ser caracterizada em sua lógica, e em sua ligação com as demais dimensões, promovendo uma reflexão dialógica capaz de ampliar a percepção complexa da realidade.

Palavizini descreve o método da seguinte forma, incluindo o elemento T – ternário:

Em termos aplicativos, ao identificar uma dimensão, deve-se caracterizá-la de forma a reconhecer os pares de contraditório, ou elementos que estão em tensão ou conflito, que existem nessa dimensão. A partir desse reconhecimento, torna-se possível propor um terceiro fator, chamado de fator T, que está em outra dimensão e que, emerge da relação entre os pares de contraditório, oferecendo um caminho de mediação e relação entre as dimensões. (PALAVIZINI, 2006, p. 130)

A partir do pensamento complexo e abordagem transdisciplinar, situa-se a *complexidade territorial*, a busca da mediação dos conflitos e contradições existentes, nos cenários engendrados para a orla do Município de Camaçari. Entende-se o território não como um espaço compartimentado e isolado, mas como um sistema multidimensional, regional, metropolitano, transnacional, globalizado, planetário, inter-relacionado e retro-alimentado com um comportamento complexo e dialógico entre as partes e o todo.

Palavizini (2006, p. 130) revela que:

A solução para um conflito identificado em uma determinada dimensão pode estar em qualquer outra. Essa abertura de percepção complexa amplia o campo de possibilidades para a construção de soluções consensuadas, onde não precisa haver perdedor e ganhador, porque o resultado inclui um acordo, onde os pares estão incluídos e ali se reconhecem.



### 2.2.2 As metodologias pesquisadas para a construção complexa de cenários

A construção de cenários, para esta tese de doutorado, é fundamentada no método desenvolvido e apresentado, por Marcelo Lopes de Souza<sup>4</sup>, no seu estudo sobre o *futuro das metrópoles brasileiras*, ao elaborar as *notas epistemológicas e metodológicas sobre a construção de cenários*. Estas foram complementadas pelas contribuições e reflexões metodológicas de Roseane Palavizini<sup>5</sup>, em a *Metodologia do Planejamento Estratégico Complexo do Ambiente*, e de Daniel Silva<sup>6</sup>, em a *Metodologia para a Construção de Dimensões Complexas do Ambiente*.

A partir das metodologias citadas e com base nas teorias da complexidade e do raciocínio dialógico propostos por Edgard Morin, formulou-se o arcabouço teórico metodológico e desenvolveu-se a linha metodológica denominada *Metodologia de Construção Complexa de Cenários e Metodologia de Avaliação Dialógica de Cenários Complexos*.

Apresentam-se a seguir as reflexões de Souza (1999, p. 176) sobre a construção de cenários: “É importante destacar que os cenários não surgem necessariamente da aplicação de fórmulas matemáticas, mas de ingredientes dificilmente formalizáveis, como as coerências internas (consistência lógica) e externas (sintonia com a realidade).”

Quando se aborda a questão da construção de cenários, os autores pesquisados não confirmam que algo deva ocorrer, nem mesmo apontam para alguma probabilidade quantificada de ocorrência. Cenários indicam que algo pode ocorrer, se nada essencial for feito ou se modificado, mas o curso dos acontecimentos poderá ser de numerosíssimos outros modos, de acordo com a interferência de tais ou quais fatores, que podem ser processos espontâneos agravantes de problemas ou intervenções deliberadas, com o intuito de combatê-las.

---

<sup>4</sup> Geógrafo, pesquisador do CNPq e professor Adjunto do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

<sup>5</sup> Arquiteta urbanista apresentou à Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC – sua tese de doutorado em 2006, sobre a gestão transdisciplinar do ambiente: uma perspectiva aos processos de planejamento e gestão social no Brasil é pesquisadora e presidente do Instituto Autopoiésis Brasilis.

<sup>6</sup> Engenheiro, pesquisador e professor do Programa de Pós-Graduação em Engenharia Ambiental e do GTPEDS - Grupo de Transdisciplinaridade de Pesquisas Estratégicas para o Desenvolvimento Sustentável, na Universidade de Santa Catarina – UFSC – compõe o Conselho de Saberes do Instituto Autopoiésis Brasilis.

Souza (1999) enuncia que cenários são simulações bastante flexíveis e, quando bons, não são necessariamente absurdos nem simplistas, constituído em uma técnica científica de fundamental relevância para sustentar decisões estratégicas, referentes ao melhor modo de se aproveitar as situações favoráveis ou de superar situações desfavoráveis.

Os cenários podem ser tendenciais, alternativos, contrastantes e desejáveis, segundo a classificação de Souza, que, mais adiante, ressalta que a força da construção de cenários revela-se, justamente, quando as simulações consideram diversas alternativas e, principalmente, no instante em que os quadros desejados são explicitados e as mediações analisadas e discutidas.

A configuração de uma Nova Cidade da Orla de Camaçari<sup>7</sup> ou de uma Nova Territorialidade para a Orla de Camaçari permite fazer uma análise da viabilidade de concretização de cenários, pois expressa um cenário tendencial, com o qual concorreram os diversos cenários alternativos estudados. A construção de cenários envolve a elaboração e análise de amplo material empírico, também exigindo a consideração simultânea de diversas escalas espaciais e temporais de análise.

Assim, constata-se que devem ser levados em consideração vários fatores distintos da natureza humana, a saber: econômica, ambiental, social, cultural, política e institucional. As diversas escalas espaciais que concorrem para a análise dos cenários, como a planetária, regional, metropolitana, intra-urbana, associadas às escalas temporais como a duração dos processos específicos. Ao espriar-se no transcorrer dos meses, anos e décadas expressa-se os cenários tendenciais e alternativos, concretizando um quadro ou, o que se designou nesta tese, de *Mosaico de Cenários para a Orla Marítima de Camaçari*.

Souza argumenta que a técnica de construção de cenários distingue-se dos esquemas prognósticos mais convencionais por ser, em verdade, *meramente* uma simulação prognóstica flexível e significativamente, aberta ao acaso e a indeterminação, não sendo uma técnica de predição formalizada. Ele ainda reforça que esse é: “[...] o único exercício que faz justiça à complexidade ontológica da realidade social.” (SOUZA, 1999, p. 187)

---

<sup>7</sup> A proposta apresentada pelo anteprojeto do PDDU / 2000 – Camaçari, intitulada A Nova Cidade da Orla, provavelmente não se viabilizará como cenário prospectivo de uma nova cidade, concentrada na área de influência de Arembépe, com estimativa de população em torno de 500 mil habitantes, para o ano horizonte de 2020.

Por fim, o autor citado acima sinaliza que: “[...] uma feliz conjugação de escalas espaciais e temporais fornece um fundamento metodológico necessário a uma satisfatória construção de cenários.” (SOUZA, 1999, p. 177)

Daniel Silva, no seu artigo sobre *Complexidade e Ambiente: uma perspectiva metodológica para a construção de dimensões complexas do ambiente* apresenta, em 2002, as várias teorias modernas sobre as diferentes lógicas que compõem o raciocínio complexo.

No que tange o raciocínio estratégico, argumenta-se:

As estratégias surgem não por um diálogo entre lógicas racionais distintas, mas sim por um diálogo entre as percepções intuitivas sobre as diferentes dimensões de realidade vivenciadas pelo observador. Não é uma dialógica racional, mas intuitiva. Com a formulação, implementação e adequação das estratégias, inaugura-se uma nova dialógica no processo de planejamento estratégico, qual seja a da comunicação entre a lógica disjuntiva e esartejadora do racional e a lógica unicista e agregadora do intuitivo. Enquanto a primeira está baseada no diagnóstico estratégico, a segunda se alimenta do sagrado do participante ou da organização. Mas lembrem-se, tudo isto com um único sentido: a busca do sucesso (SILVA, D., 2002, p. 13).

Com isso, analisa-se o raciocínio dialógico, difuso e o estratégico, considerando-se a linha do tempo dada pelo passado, presente e futuro, enquanto dimensões da realidade, e cada um com sua lógica de acontecimentos. O autor referido escreve que o futuro é, basicamente, uma extensão do presente com dados do passado.

No *planejamento estratégico*, o futuro fica determinado pela visão de sucesso da consecução de uma missão, projetada no presente da organização, alterando a continuidade do passado. Trabalhar o presente com uma idéia de futuridade exige a consideração simultânea de duas lógicas, a que reconhece as limitações e contingências do passado e do presente, e as potencialidades e riscos do futuro. Esta é a função epistêmica da idéia de missão e visão de sucesso num processo de planejamento estratégico, fazer com que os participantes iniciem a prática de um raciocínio dialógico entre o presente e o futuro que resulte no sucesso de seus investimentos.

O *diagnóstico estratégico* analisa o ambiente interno e externo da organização ou da função, para a qual se está realizando o planejamento estratégico. É o momento de consolidação do raciocínio dialógico, pois nesta etapa do processo torna-se precípua perceber os detalhes. A

lógica determina os pontos fortes e fracos do mundo interno da organização, possibilitando as oportunidades e ameaças do mundo externo no qual está inserida tal organização.

O ambiente interno está associado a uma dinâmica cultural da organização, sobre a qual é possível um controle privilegiado e permanente, seja através de valores ou de formalizações, enquanto o ambiente externo está sujeito à dinâmica cultural da sociedade e do mercado, sem condições de controle permanente. Entretanto, Silva alerta para o esquecimento de que a essência da dialógica, praticada no diagnóstico, é conhecer para melhor instrumentalizar.

A *formulação de estratégias* não obedece a um raciocínio dialógico propriamente dito, pelo menos, como tem sido caracterizado pelo autor comentado. Na formulação de estratégias, acontece um momento de síntese, no qual todo o conhecimento do planejador/participante é solicitado.

O que o Silva expõe nesta revisão da *lógica dialógica do raciocínio estratégico* é que:

[...] a *idéia de substantividade do outro não faz parte da dialógica estratégica*. Em todos os momentos do raciocínio estratégico, a episteme determinante dos circuitos neurológicos é a instrumentalidade do outro, seja ele a pessoa, o mercado, a natureza (SILVA, D., 2002, p. 12).

O raciocínio dialógico do planejamento estratégico distingue-se apenas entre o importante e o urgente. O primeiro é prioritizável e o segundo é operacional. Falta a esta dialógica um fundamento ético capaz de relacionar o importante com o fundamental, não sendo este passível de priorização, de descarte, do urgente com o emergente, de redução e de indiferença. Como exemplo disso, o autor destaca as pessoas e a natureza, como fundamentais, e, a fome e a violência, como emergências.

Para entender o *raciocínio difuso*, Daniel Silva explica que os fenômenos difusos são realidades em estado de não equilíbrio, incertas, ambíguas, para as quais as variáveis numéricas binárias não são suficientes. Estes fenômenos são trabalhados através de variáveis lingüísticas, do tipo *forte/fraco, alto/baixo, muito/pouco*. Nesse tipo de raciocínio, ele destaca três de seus comportamentos, *as relações de pertinência, a lógica difusa e o contorno difuso dos sistemas*.

Por acreditar que um mundo pacífico e sustentável é possível, o Instituto Autopoiésis Brasilis foi criado no ano de 2000, na cidade do Salvador / Bahia, por um grupo de pesquisadores, cuja missão é a *Educação para a Paz e a Sustentabilidade*. Esta é uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP<sup>8</sup> com uma sede no Nordeste do Brasil, na cidade do Salvador, Estado da Bahia, e, outra no sul do País, na cidade de Florianópolis - Estado de Santa Catarina.

*Autopoiésis* significa a capacidade de organização, determinação e criação das pessoas e de todos os seres vivos, tanto em relação a si mesmos, quanto ao ambiente que lhes rodeia. *Brasilis* significa toda a terra nova, sem males, ainda não conhecida, mas com sua existência sabida, no horizonte distante. *Autopoiésis Brasilis*, portanto, é a missão de construir um caminho de beleza nesta terra, no qual todas as pessoas possam se dar conta de seu próprio poder e importância para a construção de um mundo marcado pela paz e a sustentabilidade, a começar pelo ambiente que ocupamos.

O Instituto Autopoiésis Brasilis tem como *Missão* a promoção de uma educação para a paz e a sustentabilidade, visando o desenvolvimento de uma consciência, em que valores civilizatórios, como cooperação; integridade; harmonia; beleza; confiança; respeito à natureza e a todas as suas formas de vida; reverência ao passado dos povos, com sua história e sabedoria ancestral; sejam um novo foco para crianças, jovens e adultos construirmos um presente sustentável para todos.

As atividades, as teses e as pesquisas que o Instituto tem desenvolvido, através de seus colaboradores, nos últimos sete anos, têm sido baseadas num conjunto de metodologias voltadas à inclusão social e a valorização dos diferentes saberes, envolvidos no processo da formação do *Ser* para a construção da cidadania ambiental e da gestão social do ambiente.

As principais metodologias desenvolvidas e aplicadas pelo Instituto Autopoiésis Brasilis estão representadas no Diagrama das Metodologias (Fig. 02) a seguir:

---

<sup>8</sup> OSCIPs são organizações da sociedade civil de interesse público, participantes do Terceiro Setor e não estão inseridas no Sistema Financeiro Nacional. A qualificação para estas organizações é certificada pelo Ministério da Justiça, baseado na Lei Federal 9.790 de 23/03/1999, chamada de “A Nova Lei do Terceiro Setor”. OSCIP é um tipo de organização não governamental – ONG - sem fins lucrativos.

O *Modelo PEDS, Planejamento Estratégico do Desenvolvimento Sustentável*, de autoria do Prof. Daniel Silva, diretor científico do Instituto Autopoiésis, oferece um modelo de planejamento estratégico, que contempla um conjunto de metodologias voltadas à construção de estratégias cooperativas comprometidas com a sustentabilidade. O Modelo é estruturado em três núcleos, a saber: a) *sensibilização*, com dinâmicas de valorização da cooperação e da sustentabilidade; b) *capacitação*, abordando conceitos básicos para a sustentabilidade; c) *gerenciamento*, comprometido com a sustentabilidade do plano estratégico de ação.

**Figura 02:** Diagrama do Conjunto de Metodologias utilizadas pelo Instituto Autopoiésis Brasilis.



**Fonte:** INSTITUTO AUTOPOIÉISIS BRASILIS, 2006.

A *Metodologia Pedagógica* auxilia na construção cooperativa de conceitos e projetos coletivos, valorizando as emoções como fundamento da aprendizagem e da transformação de atitudes.

A *Metodologia Estratégica Dialógica* possibilita a construção de planos e projetos estratégicos, a partir de novos conhecimentos relacionados à sustentabilidade local, orientando os participantes a assumirem uma atitude pró-ativa na transformação do ambiente onde vivem.

A *Metodologia Histórica* trabalha na construção da cidadania ambiental, contextualizada na realidade local e global, por meio de cinco eras e seus respectivos conceitos fundamentais, que são: ERA I – Formação dos Ecossistemas (Biosfera/Ecossistemas); ERA II – Formação

do Ambiente (Ambiente); ERA III – Início da Degradação (Cidadania Ambiental); ERA IV – Crise Atual (Desenvolvimento Sustentável); ERA V – Relações Sustentáveis (Saúde Integral).

A *Metodologia da Complexidade* permite o desenvolvimento da percepção complexa das comunidades, técnicos e gestores públicos, sociais e privados; reconhecendo as múltiplas dimensões presentes na realidade, equivalendo a ecológica, a social, a econômica, a cultural, a tecnológica, a jurídica, a político e a institucional. Essa capacidade cognitiva de perceber a complexidade do ambiente é articulada em um sistema do tipo rede, na qual os pontos de conectividade, sejam pessoas ou centros de referência, são valorizados em sua singularidade e importância para a construção das relações e conexões, fundamentais à sustentabilidade.

A *Metodologia Transdisciplinar* promove a dinâmica necessária para o diálogo entre estruturas e lógicas diferentes, como a dos setores público, social e privado, construindo um espaço cooperativo de convivência e construção de um projeto comum, voltado ao compromisso do que é melhor para todos. Ela valoriza as diferenças e a diversidade, transcendendo as divergências e confluindo as afinidades. A transdisciplinaridade inclui o transcultural, o transreligioso e o transcendente, e ajuda a tecer uma rede diversa e consistente, dinâmica e estável, surpreendente e segura, capaz de adaptar-se permanentemente ao mundo criativo e inusitado da realidade, mediando conflitos e construindo consensos.

A *Metodologia da Percepção Ambiental* permite a valorização das múltiplas percepções sobre o ambiente trabalhado, possibilita a interação entre a percepção técnica especialista e as diferentes percepções dos participantes dos processos, auxiliando no monitoramento da transformação dessas percepções como fator de avaliação dos resultados.

## 2.3 A CONSTRUÇÃO METODOLÓGICA DA PESQUISA

### 2.3.1 Arcabouço Metodológico da pesquisa

O universo da pesquisa estendeu-se para além dos limites territoriais e institucionais do Município de Camaçari, pois a área de influência compreendida se estende pela Região Hidrográfica das Bacias do Recôncavo Norte, que abrange o Aquífero de São Sebastião, concentrando a maior reserva de águas subterrâneas do Estado da Bahia. Além disso, a área

pertence à Região Metropolitana de Salvador, – RMS -, uma das mais importantes do País, e que concentra a maior parte da população economicamente ativa do Estado da Bahia.

Trabalhou-se com pesquisa direta, através da aplicação de questionários, levantamento de dados em campo e análise de dados secundários, bem como, pesquisa documental, realizada através dos Termos de Referência e Planos Urbanísticos. Além daquela produzida através dos resultados do levantamento de campo e da pesquisa direta, tanto nos órgãos do Município de Camaçari, quanto nos órgãos federais e estaduais.

A espacialização das intervenções públicas e privadas - legalizadas e informais -, os projetos previstos, e o que está sendo planejado pelos setores público e privado, são apresentados por meio de mapas temáticos, e as sínteses das análises de dados são apresentadas por meio de figuras e quadros.

As experiências pessoais como pesquisadora, consultora e professora, somadas às observações diretas, em trabalhos participativos, junto à sociedade civil organizada, atuante na área estudada, durante os anos de 2000 a 2008, serviram de material empírico para esse trabalho de investigação científica e fazem parte da etapa metodológica denominada de Saber Compartilhado.

Utilizaram-se, também, algumas metodologias de pesquisa, apoiadas em estratégias de abordagem, diferentes e complementares, aliadas às metodologias estudadas e aplicadas por pesquisadores consagrados no ambiente acadêmico, além daquelas implementadas pelo Instituto Autopoiésis Brasilis. As metodologias que o Instituto aplica estão baseadas em teorias estudadas por cientistas brasileiros e estrangeiros, encontrando-se descritas no item anterior deste capítulo, onde se esclarece o marco teórico metodológico.

A construção do arcabouço conceitual metodológico (Fig. 03) desta tese visa fundamentar as premissas básicas e necessárias ao raciocínio complexo dialógico e transdisciplinar, aplicado à análise espacial, através das várias teorias, metodologias, experiências e saberes pesquisados.



**Figura 03:** Arcabouço conceitual metodológico

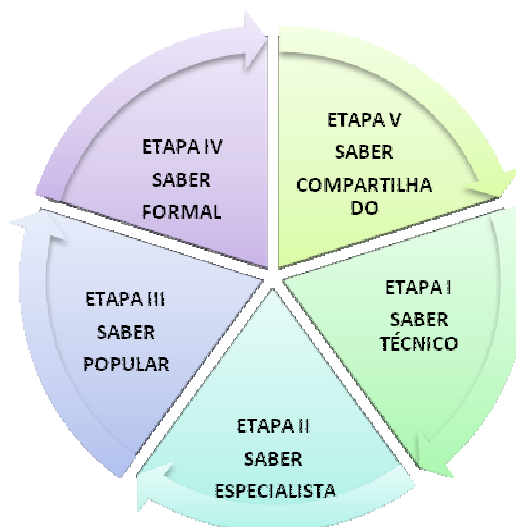
Fonte: Elaboração própria

### 2.3.2 Etapas metodológicas de pesquisa

A Pesquisa se constituiu em cinco etapas metodológicas distintas, complementares e atemporais, ou seja, não foi seguida uma ordem cronológica para a coleta de dados e nem para a apresentação dos resultados das pesquisas. Estas etapas estão apresentadas a seguir e são denominadas de: *I – Saber Técnico, II – Saber Especialista, III – Saber Popular, IV – Saber Formal, V – Saber Compartilhado.*

As cinco etapas metodológicas (Fig. 04) estão estruturadas em diversos passos e foram erigidas ao longo de alguns anos de trabalho profissional, durante os quais foram recolhidas muitas informações e realizadas múltiplas atividades, em várias áreas do conhecimento especializado, de forma individual e coletiva, multi e interdisciplinares. Por essa razão, elas apresentam-se consubstanciadas nesta tese de doutoramento.

Elenca-se a seguir a síntese das cinco principais etapas da pesquisa, cujos resultados são mostrados nos próximos capítulos.

**Figura 04:** Etapas metodológicas de pesquisa

**Fonte:** Elaboração própria

*Etapa I – O Saber Técnico* compreende as atividades de levantamento de material existente nas secretarias dos órgãos públicos municipais e estaduais, como mapas, cadastros técnicos, dados estatísticos e informações técnicas disponibilizadas em meios gráficos e virtuais. Faz-se também pesquisa em banco de dados; bibliotecas; órgãos públicos; termos de referências; legislação existente levantamento digitalizado e síntese com elaboração de base digital; produção de fonte própria de trabalho, tanto de mapa base, quanto tabelas, gráficos e planilhas. Esta etapa é transversal a todo o desenvolvimento do trabalho de investigação.

*Etapa II – O Saber Especialista* desenvolveu-se ao longo de algumas décadas de trabalho profissional, sempre buscando aprimoramento através de cursos, palestras, seminários, diálogos com pesquisadores e especialistas, culminando com as disciplinas ministradas e o material do curso de doutorado distribuído pelos professores ministrantes, além de constantes atualizações em publicações e edições temáticas.

Destaca-se aqui o aprofundamento do marco teórico metodológico e a identificação da base conceitual que norteia o trabalho de investigação, ou seja, a pesquisa das teorias da Complexidade e da Construção de Cenários e, aquelas que embasam as metodologias desenvolvidas pelos pesquisadores do Instituto Autopoiésis Brasilis. Os geógrafos, e outros especialistas importantes que estudam a territorialidade e apóiam os estudos e o estado da arte do planejamento urbano e ambiental, do turismo, do desenvolvimento regional, da gestão ambiental e de tecnologias sociais, foram também identificados e incluídos nesta etapa.

*Etapa III – O Saber Popular.* A metodologia utilizada nesta etapa, de contato direto e consulta à população, foi a das entrevistas diretas com os cidadãos, turistas e usuários, através de respostas aos questionários, realizadas, pessoalmente, pela pesquisadora e responsável pelas informações expostas neste trabalho. Para realizar estas enquêtes, estratégias distintas foram aplicadas, no sentido de confirmar a hipótese da vocação para turismo e lazer de praia da região estudada.

*A Pesquisa III, clima e turismo,* foi realizada, em 2001, por meio de pesquisa direta com turistas de média e alta renda, em sua maioria estrangeira. Houve a aplicação de questionários, na rede hoteleira da cidade do Salvador, Região Metropolitana de Salvador - RMS. Intencionou-se avaliar a importância do clima, como fator de atração turística dos lugares (Apêndice F).

*A Pesquisa II: tipo A – qual é a Orla de Camaçari que queremos?* Foi efetuada durante os anos de 2004 e 2005. Utilizou-se a técnica de aplicação de questionários, num total de 169, em pesquisa direta. Trabalhou-se com a população residente, veranista, turista e usuária da Orla de Camaçari, ambicionando-se saber qual é o desejo dos frequentadores da orla de Camaçari, quanto aos usos e serviços oferecidos na região litorânea, além das preferências e escolha para frequência das suas praias. Após a tabulação, obteve-se o resultado das 17 perguntas, apresentadas no capítulo 5.

*Etapa IV – Saber Formal:* através da educação formal. A estratégia empregada foi a realização de seminários temáticos, entrevistas qualificadas, visitas às localidades da orla, com observação de campo orientada. Houve o acompanhamento dos alunos do curso de Ecoturismo do Centro Tecnológico da Bahia / Camaçari, o CETEB-CA, durante o ano de 2005, na disciplina de Educação Ambiental, ministrada pela pesquisadora.

Durante a realização desta atividade, e pelo contato direto com os alunos do CETEB-CA, oportunizou-se a elaboração de vários trabalhos pedagógicos, que foram direcionados para seminários e projetos contextualizados no ambiente do Município de Camaçari. No transcorrer da orientação dos trabalhos de finalização do curso e dos estágios supervisionados, os alunos puderam desenvolver alguns desses trabalhos, e, como resultado

concreto da contribuição dos alunos, foi recentemente publicado no *Guia Ecoturístico das APAs, Lagoas de Guarajuba e Rio Capivara*<sup>9</sup>.

*Etapa V – O Saber Compartilhado* foi desenvolvido pela pesquisadora na sua caminhada profissional, ao longo de alguns anos de trabalhos individuais ou em grupo, como arquiteta urbanista da Prefeitura de Salvador, consultora independente, professora e pesquisadora do Instituto Autopoiésis Brasilis. A participação em diversos trabalhos de interação social, com o envolvimento de todos os segmentos ativos da sociedade civil organizada, tem sido enriquecedor para o aprofundamento da questão, do desenvolvimento do território e da governança local. O planejamento e a gestão social do ambiente forneceram subsídios para o entendimento das diversas lógicas entre os agentes sociais, que atuam e interferem no espaço urbano-ambiental.

O momento político brasileiro permitiu o avanço das políticas públicas à luz da nova legislação federal. Os movimentos sociais e as experiências participativas da sociedade civil organizada, com suas representações nos conselhos e comitês, têm sido inseridas e ouvidas, nos fóruns de discussão sobre os destinos das cidades.

O interesse natural da pesquisadora pela abordagem da inclusão social, nas experiências de planejamento e gestão urbanos, evidencia-se nos resultados de pesquisa do Cenário Planejado no capítulo 4, com o relato destas experiências.

A partir desse marco empírico, foram identificados os segmentos mais atuantes na área de estudo e configurou-se a *matriz de interação social*, contribuindo para o entendimento da lógica do comportamento, de cada segmento constituinte do processo de planejamento e gestão urbano.

As experiências foram relacionadas no Quadro 01, a seguir, de acordo com o âmbito das Políticas Públicas Nacionais. A atuação e vivência no âmbito do planejamento e gestão do turismo, do planejamento urbano e de gestão social do ambiente deu subsídios concretos ao marco empírico desta tese, consubstanciada nos capítulos três, quatro e cinco. Entretanto,

---

<sup>9</sup> Este Guia Ecoturístico visa promover o uso sustentável do patrimônio natural, histórico e cultural, e o *bem estar* das comunidades envolvidas e residentes dentro dos limites das APAs.

destaca-se apenas uma experiência para cada política pública trabalhada, ilustrando o marco empírico do processo de participação social.

**Quadro 01:** Relação de experiências do saber compartilhado

Âmbito	Políticas	Experiências	Atuação	Escala	Instituição
I – Planejamento e Gestão do Turismo	<i>Política Nacional de Turismo</i>	<b>1. Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT)</b>	<i>Capacitação e formação no método ZOPP</i>	<i>Nacional: Estados e Municípios da Federação</i>	<i>EMTURSA / PMS EMBRATUR</i>
		2. Gestão de Serviços Hoteleiros – Capacitação para Turismo e Hotelaria	Treinamento para serviços hoteleiros	Estadual: Região Turística do Litoral Norte da Bahia	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - SENAC
		3. Gestão do Ecoturismo – Políticas Públicas para o Turismo Sustentável	Capacitação técnica de pessoas para turismo e hotelaria	Estadual: Região Turística do Litoral Norte da Bahia	CETEB – Camaçari / Governo do Estado da Bahia
	FAT – Fundo de Auxílio ao trabalhador	4 – Capacitação para o Complexo Hoteleiro de Sauípe	Treinamento de pessoas para serviços hoteleiros	Região Turística do Litoral Norte da Bahia	Complexo Sauípe – AVANTE - ONG
II – Planejamento Urbano	Políticas Públicas para áreas Urbanas	1. PLANDURB	Plano diretor	Municipal	OCEPLAN/ PMS
		2. Lei do Processo de Participação Comunitária	Legislação	Municipal	OCEPLAN/ PMS
		3. Planos Específicos	Plano urbanístico	Intra-urbano	OCEPLAN/ PMS
		4. PDDU 2004 /SSA	Plano diretor	Municipal	SEPLAM / PMS
	Estatuto da Cidade	<b>5. PDDU 2007 / SSA</b>	<i>Plano Diretor Participativo</i>	<i>Municipal: instrumento de planejamento e gestão urbana</i>	<i>COPLAN / SEPLAM / PMS</i>
	Estatuto da Cidade	6. PDDU 2007 / Camaçari.	Pesquisa	Municipal	SEPLAN / Camaçari
	Políticas Públicas para áreas urbanas	7. PDU / Itaberaba	Plano Diretor Participativo – elaboração	Municipal: instrumento de planejamento e gestão urbana	CONDER / PMI / AQUINO
Políticas Públicas para gestão democrática das cidades	8. Conferência das Cidades.	Interação Social e comissão organizadora	Nacional: instrumentos de gestão democrática das cidades	Ministério das Cidades/ PMS / SEPLAM	
III – Gestão Ambiental	Política Pública Ambiental: SNUC	1. Parque Municipal das Dunas de Abrantes	Projeto ambiental - proposta	Municipal: unidades de conservação	PETROBRÁS / Instituto Autopoiésis Brasília.
		2. APA Rio Capivara e Lagoas de Guarajuba	A Gestão Social do Ambiente - Oficina	Municipal: Área de Proteção Ambiental - APA	SEMARH – Diretoria de Gestão de UC – Conselho Gestor de APA
	Política Nacional de Educação Ambiental	2. Plano Urbanístico Ambiental das Margens do Rio de Ondas	Plano Diretor Participativo, Legislação, Seminário de Interação Social	Municipal	Instituto Autopoiésis Brasília / Prefeitura de Barreiras /BA.
	<i>Política Estadual de Recursos Hídricos</i>	<b>3. Formação de Comitê de Bacia Hidrográfica</b>	<i>Formação e capacitação com tecnologias sociais</i>	<i>Estadual: bacias hidrográficas</i>	<i>SEMARH / IMAN / Instituto Autopoiésis Brasília.</i>
	Política Pública Ambiental	4. Conferências de Meio Ambiente	Interação Social	Nacional, Estadual e Municipal	COPLAN / SEPLAM / PMS
<i>Política Nacional de Recursos Hídricos</i>	5. Tecnologia social de capacitação da sociedade civil para a gestão social da água	Formação e capacitação da sociedade civil para a gestão social da água	Nacional – bacias hidrográficas	Instituto Autopoiésis Brasília / Fundação Banco do Brasil	

Fonte: Elaboração própria

### 2.3.3 Outras metodologias e fontes de pesquisa

Já que não existe, nas fontes oficiais, projeção de dados para traçar os cenários tendenciais e futuros, optou-se por gerar as próprias informações. Estas foram obtidas pela pesquisadora, ao longo do tempo, por meio de pesquisa na mídia especializada, como jornais locais de

grande circulação e boletins especiais locais e de âmbito metropolitano, os quais foram arquivados e catalogados.

Outra fonte de pesquisa empreendida foi o recolhimento da folheteria distribuída na estrada do Coco, na Linha Verde (BA-099), nos locais de inauguração dos empreendimentos e lançamento dos novos condomínios, assim como loteamentos para arquivo e catalogação.

Considera-se importante, enquanto fonte de informações, os estudos em campo, de observação pessoal<sup>10</sup>, de conversas ou entrevistas com especialistas, principalmente, as entrevistas com o consultor e arquiteto urbanista, Luiz Roberto Sobral-Sibié<sup>11</sup>, cujo acervo pessoal e domínio de informações acumuladas sobre a região estudada, possibilitaram a pesquisa. Elas foram selecionadas, triadas, cruzadas, espacializadas, apresentadas nos textos e nos mapas cartográficos desta tese.

A metodologia utilizada para trabalhar com os Indicadores de Sustentabilidade Urbana, ISU, foi desenvolvida durante a elaboração desta tese de doutorado, emergiu a partir da construção da pesquisa e dos mapas temáticos, que definem o espaço urbano da orla de Camaçari. As metodologias estudadas e disponibilizadas pelos órgãos oficiais existentes, assim como os estudos realizados pela Dra. Maria Inês Nahas, de Belo Horizonte / Minas Gerais<sup>12</sup>, que o elaborou junto ao Ministério das Cidades, para a 2ª Conferência Nacional das Cidades, ocorrida em 2005 e disponibilizadas através do Banco de Metodologias do próprio Ministério, foram utilizadas como base metodológica para este trabalho.

Apresentam-se alguns indicadores intermunicipais, nacionais e internacionais como forma de comparar os padrões e estágios de desenvolvimento da oferta desse lugar, como já foi dito é local e ao mesmo tempo global.

---

<sup>10</sup> A pesquisadora – que é moradora, há mais de vinte anos, no Condomínio Parque das Dunas, contíguo ao Parque Municipal das Dunas de Abrantes, na localidade de Jauá – tem registrado através de textos e fotos a biodiversidade encontrada nos ecossistemas e nos condomínios da área de influência do parque.

<sup>11</sup> Funcionário de carreira, por mais de trinta anos, da Prefeitura Municipal de Camaçari / SEPLAN e Secretário de Planejamento do Município durante duas administrações, é profundo conhecedor da história do planejamento urbano ambiental de Camaçari, defensor das causas ambientais e urbanas do Município e representante da sociedade civil como conselheiro em organismos gestores: COFIC, CBHRN e APAs Guarajuba e Capivara.

<sup>12</sup> Prof. Dra. Maria Inês Nahas, pesquisadora do Instituto de Desenvolvimento Humano Sustentável – IDH de Minas Gerais: pesquisou durante 15 anos os indicadores e elaborou o IQVU de Belo Horizonte.

O Índice de Qualidade de Vida Urbana, IQVU, é considerado instrumento que dimensiona a *qualidade do lugar urbano*, mostrando-se útil para avaliar as condições socioambientais existentes em cada unidade de planejamento territorial. O Índice de Vulnerabilidade Social, IVS, é uma ferramenta que enfoca a *população*, buscando dimensionar as condições de vida enquanto dimensões de cidadania minimamente essenciais a satisfação das necessidades básicas e condições de bem-estar social (NAHAS, 2002, p. 266).

O *Índice de Vulnerabilidade Social* incorpora variáveis temáticas, por exemplo:

Dimensão ambiental – acesso à moradia e à infra-estrutura;

Dimensão cultural – acesso à educação;

Dimensão econômica – acesso ao trabalho e renda;

Dimensão jurídica – acesso à assistência jurídica;

Dimensão de segurança de sobrevivência – acesso aos serviços de saúde, garantia de segurança alimentar e acesso à previdência social.

O *índice de Salubridade Ambiental* pode ser verificado através de indicadores, a saber:

Abastecimento de água;

Esgotamento sanitário;

Tratamento de resíduos sólidos;

Drenagem urbana;

Saúde ambiental;

Salubridade da moradia.

A mensuração da Qualidade de Vida Urbana – QVU - inclui a equidade na distribuição e no acesso aos bens de cidadania, à qualidade ambiental e à sustentabilidade do desenvolvimento humano.

Sem perder de vista a questão da complexidade territorial, na sua dimensão urbana, verifica-se a necessidade de qualificar a forma de ocupação do solo; as tipologias habitacionais, regulares e clandestinas; as *condições de habitabilidade*; a *qualificação para o turismo* e a multiplicidade de outras categorias, socioambientais e urbanas, que interferem na sustentabilidade urbana, impactando a qualidade de vida dos moradores, usuários, veranistas e turistas da região.

Esses indicadores podem revelar as condições de vulnerabilidade social da população, demonstrando, por meio de um mapa síntese, o Mapa de Exclusão Social (Mapa 25), as características demográficas, às representações espaciais e os índices de acesso à renda, à moradia, aos serviços de infra-estrutura, indicadores da sustentabilidade urbana local.

*O estudo sistemático de Indicadores de Sustentabilidade Urbana – ISU - é necessário para a tomada de decisões, tanto de governantes, quanto de investidores, permitindo a visualização das condições de habitabilidade do trecho urbano da área de estudo.*

Foram utilizadas as informações já existentes nos órgãos de pesquisa tradicionais, IBGE, SEI e CRA. As informações recolhidas na prefeitura de Camaçari foram disponibilizadas no Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano, PDDU / 2000 de Camaçari, que não foi sancionado por ter sido finalizado antes da aprovação do Estatuto da Cidade, em 2001.

Alguns dados são do Relatório Final da Adequação e Atualização da Proposta de Plano de Diretor Urbano de Camaçari ao Estatuto da Cidade – PDDU / 2007 de Camaçari –, em fase de aprovação, até o fechamento desta tese.

As informações do censo demográfico estão disponibilizadas pelo IBGE, por distritos e setores censitários, por isso, os indicadores apresentados são intra-urbanos, já que a faixa litorânea é uma sub-região do município. O zoneamento por localidades e bairros não possuem ainda delimitação georeferenciadas e seu rebatimento espacial impossibilitou a coleta de dados, o que seria conveniente para mapear os indicadores de habitabilidade, ou seja, não contemplando, precisamente, as informações georeferenciadas.

Como unidade menor de informação optou-se pelo *setor censitário* e pelo *distrito*, equivalente à *macro zona de informação intra-urbana*.

A metodologia para elaboração de elementos gráficos, ilustrações e mapas temáticos, apresentados foram produzidos e elaborados pela pesquisadora, que contou com a colaboração de profissional especializado em cartografia digital, para a elaboração das bases cartográficas digitalizadas e cruzadas, a partir de cartas temáticas em escalas 1:100.0000, com *layers* disponibilizadas pelos órgãos públicos, como SEI, CONDER, SEPLAN, SEMARH, CRA e IBGE.



As informações básicas foram pesquisadas nas fontes oficiais e sistematicamente organizadas e registradas, para então serem digitalizadas e sintetizadas em mapas.

O *rebatimento espacial da complexidade territorial* é apresentado nos mapas temáticos e inserido, ao longo dos capítulos.

A *Memória Gráfica e Virtual*, realizada através de registro fotográfico durante os anos, em que a pesquisa foi empreendida, oportunizou a produção de imagens e documentos, os quais estão disponibilizados num Banco de Dados, no meio virtual e alguns deles ilustram este trabalho.

Trata-se de fotos antigas e recentes da região, para acervo de trabalhos de pesquisa, além de mapas, anotações de campo, todos os registros e livros antigos, que foram sendo colecionados. Evidentemente, não será possível reproduzi-los no escopo deste trabalho, mas estarão disponibilizados ao público na implementação do *Projeto do Parque das Dunas e Águas de Abrantes*<sup>13</sup>, que prevê a instalação de um centro de pesquisas e documentação junto ao Parque.

Desse modo, foram selecionadas apenas algumas fotos do acervo fotográfico da pesquisadora, a fim de ilustrar os diversos assuntos abordados, que estão distribuídas no interior dos capítulos.

#### **2.3.4 Controle dos resultados obtidos e avanços da pesquisa: metodologia para a construção complexa de cenários e avaliação dialógica de cenários complexos**

A partir dos resultados obtidos nas diversas etapas das pesquisas, nas quais foram aplicadas as metodologias e agregadas às experiências, são construídos os cenários alternativos, respondidas as perguntas e comprovadas as hipóteses. Na construção complexa dos cenários estão subjacentes as análises da *questão urbana, do fenômeno do turismo e do desenvolvimento regional e local, com a participação social*.

---

<sup>13</sup> A iniciativa de elaboração deste Projeto, com o intuito de salvá-lo da destruição, que vem sofrendo por causa de invasores e outro tipo de moradores, foi de técnicos ambientalistas muito interessados na preservação do Parque, incluindo-se a pesquisadora e seu companheiro, ambos gestores urbano-ambientais, moradores do entorno do Parque e comprometidos com a defesa da biodiversidade e a ética da sustentabilidade. Este Projeto foi encaminhado com a chancela do Instituto Autopoiésis Brasilis ao Programa Petrobrás Ambiental, e deve ser objeto de avaliação pelo Conselho Gestor da APA Joanes-Ipitanga.

A gestão complexa do território é refletida no *mosaico de cenários complexos, alternativos*, construídos e avaliados, dialogicamente, nos cenários conflitantes. O resultado obtido com a *matriz de complexidade da interação social* é reflexo do estágio de empoderamento da sociedade local, dando um panorama geral da governança local e suas relações de poder.

Para a construção desta tese, seguiu-se a orientação metodológica apresentada nos passos sintetizados no Quadro 02, o fio condutor estruturante, para o avanço e formatação da pesquisa. A *Metodologia da Construção Complexa de Cenários* é apresentada em cinco etapas, a seguir expostas, de forma sintética, de acordo com a sua aplicação para o território estudado.

No sentido abrangente da própria etimologia da palavra grega *méthodos*, como um caminho, que serve de fio condutor para os capítulos apresentados nesta tese, os quais são os próprios cenários pesquisados e configurados, através dos resultados das pesquisas e experiências participativas vivenciadas. Dessa forma, constituem-se os cenários complexos de desenvolvimento sustentável para a orla de Camaçari, a nova territorialidade, ou seja, A Nova Cidade da Orla de Camaçari, que se configura numa proposta distinta da existente no PDDU /2000 – Camaçari.

Tem-se, ao fim desse processo, elementos e resultados que consolidam a pesquisa, a história do lugar, o contexto ambiental local, a ocupação urbana e os cenários - real, planejado e tendencial. Após estas cinco etapas, que proporcionam a construção do material teórico e empírico para a tese, procederam-se às análises dos processos encontrados e as constatações emergiram, naturalmente, com as conclusões e diretrizes para encaminhamentos, descritos na última parte deste documento.

O desafio que se descortina não diz respeito à questão dialética entre os cenários configurados, em que um supera o outro em importância, mas a uma problemática dialógica, na qual os cenários configurados dialogam entre si, com suas diferentes lógicas, reconhecendo a importância e a legitimidade de cada uma delas.

A percepção complexa do ambiente, assim como suas múltiplas dimensões e interações, permite a representação do ambiente, na sua complexidade. A *metodologia da percepção*

*complexa do ambiente* trabalhada no Instituto Autopoiésis Brasilis e aprofundada por Daniel Silva (2002) e Palavizini (2006), é construída e ampliada para esta tese, no Quadro 03.

Os cenários configurados são avaliados através das dimensões de sustentabilidade territorial; ambiental – ecológica e cultural –; social; econômica – tecnológica –; política – institucional e jurídica.

O Indicador de Qualidade de Vida Urbana – IQVU - enfoca o lugar urbano, do ponto de vista físico da oferta de serviços urbanos e equipamentos. A mensuração da qualidade de vida urbana deve incluir a avaliação da equidade na distribuição e no acesso da população aos bens de cidadania, da qualidade ambiental e da sustentabilidade do desenvolvimento humano.

O Indicador de Vulnerabilidade Social – IVS - é uma ferramenta que enfoca a população dos lugares, buscando dimensionar as condições de vida enquanto dimensão de cidadania, minimamente, essenciais à satisfação das necessidades básicas e condições de bem-estar social.

Os parâmetros e a metodologia para a avaliação da sustentabilidade do desenvolvimento das regiões são baseados em índices de satisfação da qualidade de vida, através da relação observada entre as condições de bem-estar social e da saúde dos ecossistemas.

O estudo do IQVU e IVS realizados por Nahas (2002, p. 297) subsidiou a identificação de alguns parâmetros importantes para o entendimento da complexidade territorial da orla do Município de Camaçari, e são apresentados no capítulo seis, com os resultados das pesquisas como os *Indicadores de Sustentabilidade Urbana - ISU*.

**Quadro 02:** Etapas metodológicas para a construção da complexidade territorial

**Etapa I: construção complexa de cenários configurados para a orla de Camaçari – real, planejado e tendencial.** Identificação dos cenários configurados: real, planejado e tendencial nas suas dimensões da complexidade territorial. Apresenta-se o contexto do território na conjuntura econômica nacional, metropolitana e intra-urbana, focando a dinâmica de ocupação urbana contemporânea (Capítulo 3 – Cenário Real); o desenvolvimento político do território é abordado, através do histórico do planejamento e da aplicação das políticas públicas participativas, para o planejamento e a gestão democrática das cidades, com o empoderamento da sociedade civil, e a interação dos diversos segmentos atuantes na produção do espaço litorâneo de Camaçari e sua área de influência (Capítulo 4 – Cenário Planejado); a vocação para o turismo e lazer contemporâneo dos cidadãos é mostrada, através das tendências de desenvolvimento, para esse lugar e o poder de atração turística que tem o clima e a frequência às praias do litoral do Município, e as perspectivas para desenvolvimento do turismo sustentável (Capítulo 5 – Cenário Tendencial). A síntese é apresentada na *matriz de identificação dos cenários complexos configurados para a orla de Camaçari*, no final dos capítulos correspondentes.

**Etapa II: mosaico de cenários complexos alternativos – sustentáveis e insustentáveis.** Os cenários são classificados segundo as dimensões de sustentabilidade, territorial, ambiental – ecológica e cultural –, social, econômica – tecnológica e política – institucional. Identificam-se as relações existentes e os resultados obtidos para cada cenário configurado com seu foco predominante nas dimensões de sustentabilidade (Item 6.2).

**Etapa III: confirmação ou não das hipóteses.** Consideram-se os vários cenários configurados, e classifica-se conforme a situação de deterioração ou melhoria do modelo de desenvolvimento urbano existente nas hipóteses ou premissas estabelecidas, ou seja, *worst case* cenário e *best case* cenário - cenários destrutivos ou insustentáveis, e cenários construtivos ou sustentáveis. Infere-se a alternativa geral provável, da sustentabilidade do modelo de ocupação territorial e da vocação da orla. A confirmação das perguntas iniciais ou hipóteses de diferentes naturezas são levadas em conta, pressupondo escolhas entre diversas alternativas mutuamente excludentes. O *mosaico de cenários complexos alternativos-- sustentáveis e insustentáveis-* representa as diversas lógicas encontradas no território pesquisado (Item 6.3).

**Etapa IV: matriz de avaliação dialógica entre cenários complexos conflitantes - convergentes e divergentes.** Calibra os cenários complexos conflitantes conforme as particularidades locais. Estabelece a *dialógica entre cenários complexos conflitantes - convergentes, divergentes, sustentáveis e insustentáveis*. Deve-se levar em conta o efeito dos fatores contingenciais e previsíveis, gerais e específicos nas escalas: global, nacional, regional, metropolitana e local - intra-urbana -, que certamente terão impactos positivos e negativos na estrutura urbana com efeitos catalisadores/potencializadores – benéficos ou neutralizadores/retardadores – destrutivos –, assim como as tendências gerais e específicas para uma *nova territorialidade para orla de Camaçari* (Item 6.4).

**Etapa V: conclusões – estratégias e ações desejáveis para a Nova Cidade do Litoral Norte da Bahia – nova territorialidade para um devir imaginário do paraíso contemporâneo.** A técnica de construção de cenários é uma especulação prognóstica prudente, sobre o futuro, e para as ciências sociais. Assim como, na vida é necessário correr o risco de tentar acertar, para estabelecer estratégias e ações locais e globais, com o objetivo de superar problemas. Esta metodologia permite incluir a diversidade de visões e as lógicas existentes no território. Identifica as principais ações estratégicas desejáveis, tais como: minimizar impactos negativos da ação humana; neutralizar conflitos existentes entre as diversas lógicas; potencializar os efeitos positivos do desenvolvimento local /regional /global; beneficiar a sociedade e fortalecer suas instituições; negociar pactos territoriais e sociais através do empoderamento e governança local, enfrentando os desafios do desenvolvimento sócio-espacial incluído, sustentável e sustentado, modificando o quadro atual em relações de convivência melhor para todos (Item 6.5).

**Fonte:** Elaboração baseada em Souza (1999).

<b>Quadro 03: Método de identificação das relações de complexidade territorial nas dimensões de sustentabilidade</b>		
<b>Dimensões de sustentabilidade</b>	<b>Identificação das relações de complexidade territorial dos cenários configurados</b>	<b>Configuração de cenários alternativos convergentes e divergentes</b>
<b>TERRITORIAL</b>	Aspectos paisagísticos; urbanísticos, de uso e ocupação do solo; restrições legais; zoneamento ecológico-econômico; impactos e conflitos que geram degradação ambiental; indicadores de qualidade de vida urbana ambiental; sustentabilidade; inclusão territorial e evolução urbana das localidades.	Construção da matriz de complexidade territorial para a sustentabilidade do modelo de ocupação urbana em curso com o desenvolvimento de cidades sustentáveis.
<b>ECOLÓGICA</b>	Identificação dos ecossistemas, fauna, flora, pontos de relevante valor paisagístico, bacias hidrográficas, unidades de conservação e praias.	Configuração do cenário real de valorização da biodiversidade local com a preservação da paisagem natural..
<b>CULTURAL</b>	Manifestações artísticas, culturais, folclóricas e religiosas. Eventos locais e regionais, como os esportivos, educativos, festivos e patrióticos. Atividades de lazer contemporâneo sazonal e permanente, entretenimento e turismo.	Configuração do cenário real e tendencial de valorização da diversidade cultural, preservação dos elementos e da peculiaridades culturais locais.
<b>SOCIAL</b>	Inter-relacionamento entre as organizações sociais: setor público, social, privado, organismos gestores, ONGs, instituições religiosas, associações de trabalhadores, instituições de ensino, setores classistas e de categorias profissionais, sindicatos, movimentos populares, lideranças e comunidades tradicionais.	Matriz de interação social – empoderamento da sociedade civil organizada através da identificação dos agentes sociais que produzem o espaço de Camaçari e consolidam os direitos democráticos e resgatam a cidadania.
<b>ECONÔMICA</b>	Aspectos produtivos e impactos econômicos na produção do território, impactos produzidos pela economia local no uso e ocupação do solo pelos setores econômicos: agrícola, industrial, comercial, imobiliário, serviços e pelo setor informal.	Configuração do cenário real e tendencial com vistas à identificação das diversas lógicas atuantes para construção da avaliação dialógica entre cenários complexos convergentes e divergentes – sustentáveis e insustentáveis.
<b>TECNOLÓGICA</b>	Meios de produção e tecnologias diversas para o desenvolvimento da região, disponibilização de dados informatizados para planejamento e gestão, tecnologias alternativas sustentáveis, substituição por energias alternativas como: biocombustíveis, solar, eólica, não poluentes e tecnologias sociais.	Disseminação de informação para a população e difusão de novas tecnologias sociais para o desenvolvimento sustentável, mudanças de paradigmas para a sustentabilidade das ações.
<b>POLÍTICA</b>	Aspectos políticos e administrativos, interação entre as políticas públicas e legislação - federal, estadual e municipal -, políticas de desenvolvimento sustentáveis, políticas sociais contra a miséria e a pobreza urbana, políticas climáticas com incentivo às energias renováveis.	Configuração do cenário planejado para o desenvolvimento territorial com vistas a promoção da gestão democrática das cidades.

Fonte: Elaboração baseado em SILVA, D., (2002).

Pretende-se, com esta tese, contribuir para motivar os segmentos responsáveis, os técnicos e as pessoas envolvidas na construção do espaço da orla de Camaçari, a encontrar caminhos saudáveis de interlocução, parcerias inovadoras para o desenvolvimento da região e o planejamento do seu território.

Além disso, intenciona-se demonstrar que outras formas de planejamento e desenvolvimento são possíveis e viáveis, já que novos modelos de urbanização estão se materializando, à revelia do Planejamento e dos Modelos de Urbanização Tradicionais.

Para finalizar este capítulo, entende-se que a busca das teorias e metodologias não se encerra nesse processo, mas é essencial, para responder aos desafios e formulação das estratégias, sendo “[...] um momento de síntese, no qual todo o conhecimento do pesquisador é solicitado.” (SILVA, D., 2002, p. 13).